

MANUAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



(Biblioteca da SEMAS)

Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Manual de Licenciamento Ambiental – Belém : SEMAS, 2020.

75f.

1.Legislação Ambiental. 2. Licenciamento Ambiental. 3. Gestão Ambiental ,I.
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. II. Título.

CDD 22. ed. 341.347

Governador do Estado do Pará

Helder Barbalho

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

José Mauro de Lima O' de Almeida

Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental

Rodolpho Zahluth Bastos

Secretário Adjunto de Recursos Hídricos e Clima

Raul Protázio Romão

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Marcelo Augusto Moreno

Diretoria Agrossilvipastoril

Paulo Rogério de Almeida

Diretoria de Recursos Hídricos

Luciene Mota de Leão Chaves

Diretoria de Gestão dos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental

Ayamy da Costa Migiyama

Direto de Gestão Administrativa e Financeira

Lília Márcia Ramos Reis

Núcleo de Estudos Legislativos

Rebeca Monteiro Reitz

Equipe Técnica:

Luiz Flávio Fonseca Bezerra

Rose Cristine Queiroz Chaves

Andressa Dourado Rodrigues S. De Carvalho

Camila Oliveira Nascimento Veloso

Debora Emmylly de Oliveira Arruda

Equipe de Apoio:

Jéssica brilhante Machado

Elisama Cancio Moreira

Luciana de Almeida Borges

Vitor Marone Teixeira Lisboa

Walmir Carneiro Corumbá

Josilena Damasceno Silva

Paulo Maia (Bibliotecário)

Buna Brabo (ASCOM)

Estagiários:

Letícia Fernanda Pinheiro Bilóia

Raylon Roberto Alvarenga Álvares

Sumário

LISTA DE SIGLAS.....	5
APRESENTAÇÃO.....	8
1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	9
2. A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS.....	11
3. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL....	13
3.1. Da Competência da União (IBAMA).....	17
3.2. Da Competência dos Estados (SEMAS).....	17
3.3. Da Competência do Município (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).....	19
3.4 Da Delegação de Competência.....	19
3.5. Dos Municípios aptos a licenciar.....	20
4. REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES/EMPREENHIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDORAS NA SEMAS.....	21
4.1. Inexigibilidade de Licença.....	23
4.2. Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLA.....	23
4.3. Licenciamento Ambiental - LA.....	24
4.3.1. Atividades licenciáveis.....	25
5. ATOS AUTORIZATIVOS E PRAZOS DE VALIDADES (LICENÇA, AUTORIZAÇÕES E GUIAS) EMITIDOS PELA SEMAS.....	26
5.1. Condicionantes de Licença Ambiental.....	27
5.2. Renovação das Licenças Ambientais.....	28
5.3. Manutenção das Licenças.....	29
5.4. Enquadramento e Taxas de Licenças, Autorizações e Guias.....	29
6. SISTEMAS OPERACIONAIS VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	31
6.1. Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Técnico (SIMLAM Técnico).....	31
6.2. Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Público (SIMLAM Público).....	32
6.3. Sistema de Licenciamento Ambiental Declaratório/Simplificado.....	32
6.4. Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA.....	33
6.5. Declaração Ambiental para fins de extração e Produção de Palmito e Frutos de Açaí – DAPP.	33
6.6. Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes - SISPASS.....	33

6.7. Sistema de Fauna, Aquicultura e Pesca- SISFAP.....	34
6.8. Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pará - SIGERH.....	34
6.9. Sistema eletrônico para inscrição do Cadastro Ambiental Rural- SICAR/PA.....	35
6.10. Portal do Programa de Regularização Ambiental-PRA.....	35
7. PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL.....	35
7.1. Passos para a obtenção da licença.....	35
7.2. Do Licenciamento Ambiental Declaratório/Simplificado.....	39
8. FLUXO DE ANÁLISE.....	39
9. DEMAIS ATOS AUTORIZATIVOS.....	40
9.1. Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico.....	40
9.2. Modalidades de Outorga.....	42
10. DOCUMENTOS PARA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	43
11. ESTUDOS TÉCNICOS PARA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL..	44
12. LICENCIAMENTO AMBIENTAL RURAL - LAR.....	47
12.1. Cadastro Ambiental Rural - CAR.....	47
12.2. Programa de Regularização Ambiental - PRA.....	48
12.3. Manejo florestal.....	48
12.4. Guia Florestal.....	50
13. CADASTRO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS.....	50
14. DA PUBLICIDADE DOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	51
15. AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS DE ÓRGÃO INTERVENIENTES.....	51
16. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	52
17. PENALIDADES PARA QUEM ATUA SEM LICENÇA AMBIENTAL.....	53
18. DESCONCENTRAÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	54
18. PERGUNTAS FREQUENTES.....	59
20. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS NORMATIVAS.....	66
ANEXOS.....	72

LISTA DE SIGLAS

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANA- Agência Nacional das Águas

ANM - Agência Nacional de Mineração

AF - Autorização de Funcionamento

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

ASV - Autorização de Supressão de Vegetação

AU - Autorização

AUMP - Autorização de Utilização de Matéria Prima

AUTEF - Autorização para Exploração Florestal

APAT - Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEPROF -PA - Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará

CLCR - Comprovante de Liberação de Crédito referente a Reflorestamento

COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

COFIN - Coordenadoria Financeira

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CTDAM - Cadastro Técnico de Defesa Ambiental

CTE - Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Pará.

CTF - Cadastro Técnico Federal

DAE - Documento de Arrecadação Estadual

DLA - Dispensa de Licença Ambiental

DVPF-PA - Declaração de Venda de Produtos Florestas

EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

GF - Guia Florestal

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAR - Licença de Atividade Rural

LC – Lei Complementar

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

OEMA - Órgão Estadual de Meio Ambiente

OMMA - Órgão Municipal de Meio Ambiente

PCA - Plano de Controle Ambiental

PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentável

PRA - Programa de Regularização Ambiental

RCA - Relatório de Controle Ambiental

RIAA - Relatório de Informação Ambiental Anual

RL - Reserva Legal

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública

SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural

SIMLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental

SISFAP/PA - Sistema de Fauna, Aquicultura e Pesca do Estado do Pará

SISFLORA – PA - Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais

SISPASS - Sistema Gestão de criadores de Passeriformes Silvestres.

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TC - Termo de Compromisso

TFA/APP-PA - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Pará

TR - Termo de Referência

UC - Unidade de Conservação

APRESENTAÇÃO

O Licenciamento Ambiental é uma exigência legal e um importante instrumento para o controle prévio e o gerenciamento dos recursos naturais das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, de forma a garantir a manutenção da qualidade ambiental.

Trata-se de um procedimento administrativo solicitado ao órgão público competente que tem como objetivo final a emissão de uma Licença Ambiental (Prévia, de Instalação, de Operação ou de Atividade Rural), conferindo ao poder público uma ferramenta de controle ambiental.

Esse controle permite, além da preservação dos recursos naturais, o bem-estar da sociedade, na busca do equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico, salvaguardando a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos da amazônia no território paraense.

Desta forma, este manual insere-se no esforço do Governo do Estado do Pará em proporcionar aos investidores, empreendedores e a população paraense, de maneira clara e objetiva, as informações e as respostas às dúvidas mais relevantes referentes ao licenciamento ambiental, inclusive disponibilizando a legislação aplicável, o que reforça a transparência e a viabilidade de uma gestão consciente na proteção e conservação do meio ambiente.

1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A preocupação com a preservação do meio ambiente equilibrado e com a possível escassez de recursos naturais é relativamente recente, em comparação ao histórico da exploração dos recursos naturais no nosso planeta. À nível internacional, as primeiras discussões que abordam os principais problemas ambientais se iniciaram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, com a participação de 113 países, 250 organizações não governamentais e organismos da Organização das Nações Unidas - ONU, tendo como principais resultados a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a aprovação da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano.

No Brasil, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu, dentre outros, no art. 9º, inciso IV, como instrumento da Política, o licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Como procedimento de incumbência Estatal, o licenciamento ambiental é a manifestação do poder de polícia administrativa, que deve dirimir o contraste entre o desenvolvimento econômico, a necessidade de preservação ambiental e a conservação do equilíbrio ecológico. É a forma procedimental com que os órgãos estatais promovem a gerência dos bens ambientais por meio da administração geral das atividades efetivamente ou possivelmente poluidoras.

A concepção intrínseca à existência do licenciamento ambiental é a do **desenvolvimento sustentável**, ideia desenvolvida a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco 92 ou Rio 92, na qual se discutiu formas de inserção de aspectos ambientais ao desenvolvimento de políticas públicas, além da ideia de desenvolvimento socioeconômico compatível com a preservação do meio ambiente.

Um dos importantes marcos produzidos neste evento foi a Agenda 21, documento de planejamento estratégico para a implementação de políticas de meio ambiente mais sustentáveis, vinculando um tripé de ações de justiça social, eficiência econômica e proteção ambiental que devem guiar a atividade governamental na proteção do meio ambiente.

No mesmo sentido dos Tratados Internacionais, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, também dá ênfase à importância da preservação do meio ambiente em sintonia com o desenvolvimento econômico-social, sendo garantida a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, inaugurando um verdadeiro “Estado de Direito Ambiental”.

Como uma carta de intenções para um século mais sustentável, a Agenda 21 requer dos entes estatais a responsabilidade de aderência à políticas públicas que incluam 3 (três) frentes de ações definidas como agendas: a Verde, a Marrom e a Azul. É importante ressaltar a complemen-

riedade dessas frentes, que devem ser introduzidas de modo que a gestão de políticas se comprometa a não preterir uma em relação a outra(s), já que apenas com o compromisso de realizá-las unificadamente podemos alcançar o objetivo de uma governança sustentável.

Nesta senda, a importância das estratégias constituídas nas agendas é destacada quando tratamos sobre o Licenciamento Ambiental seguindo seus diferentes temas:

Por Agenda **Verde** designa-se o conjunto de prioridades e medidas referentes à proteção ambiental mais especificamente voltado para a preservação de coberturas florestais, desdobrando-se em uma preocupação com os recursos naturais renováveis e a biodiversidade. É o principal símbolo daquilo que envolve o chamado “meio ambiente”.

A Agenda **Marrom** preocupa-se, sobretudo, com a melhoria da qualidade sanitário-ambiental das populações urbanas. No Brasil, essa pauta tem especial significado e o principal indicador de progresso que podemos utilizar será a universalização dos serviços de saneamento ambiental nas cidades brasileiras. A “agenda marrom” refere-se, de sua parte, às prioridades e medidas voltadas para evitar, reduzir ou controlar atividades poluidoras.

Agenda **Azul** é aquela que diz respeito, mais diretamente, à gestão e proteção de recursos hídricos.

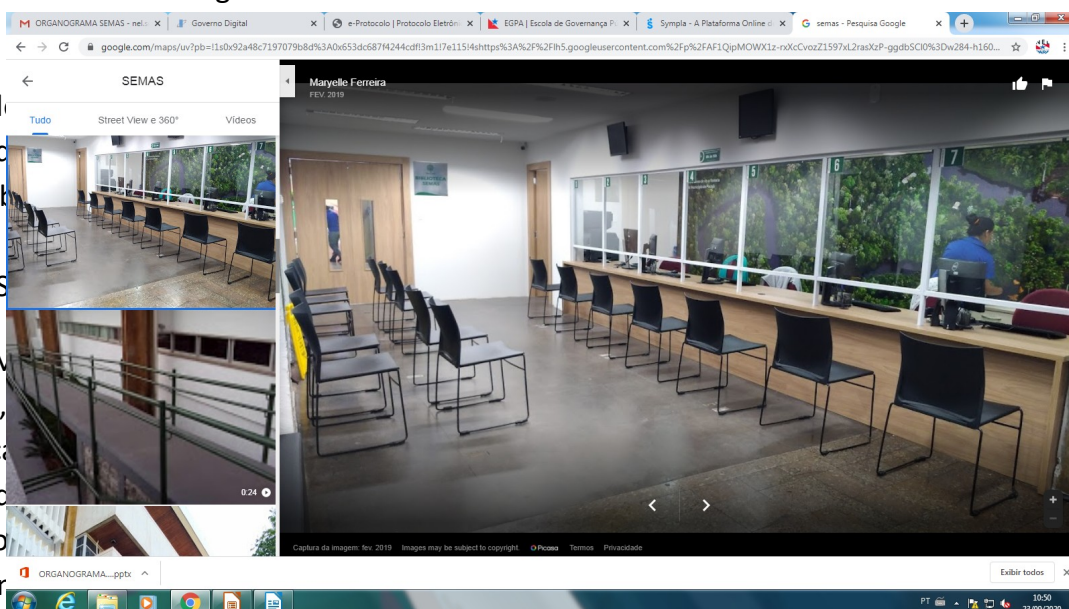
2. A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS

Criada pela Lei Estadual n.º 5.457, de 11 de maio de 1988, com a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, foi reorganizada pela Lei n.º 5.752, de 26 de julho de 1993 e pela Lei n.º 7.026, de 30 de julho de 2007, a qual foi desmembrada da Ciência e Tecnologia, ficando apenas com o título de Meio Ambiente. Por meio da Lei n.º 8.096, de 1º de janeiro de 2015, recebeu a inclusão da palavra Sustentabilidade e chegou a nomenclatura atual da Secretaria. Foi através das Leis n.º 8.633, de 19 de junho de 2018 e n.º 9.048, de 29 de abril de 2020, que recebeu suas últimas alterações em sua estrutura organizacional.



No estado de São Paulo, a SEMAS é a órgão seccional coordenadora do Meio Ambiente, sendo o órgão central do Sistema Estadual de Meio Ambiental – SEMA.

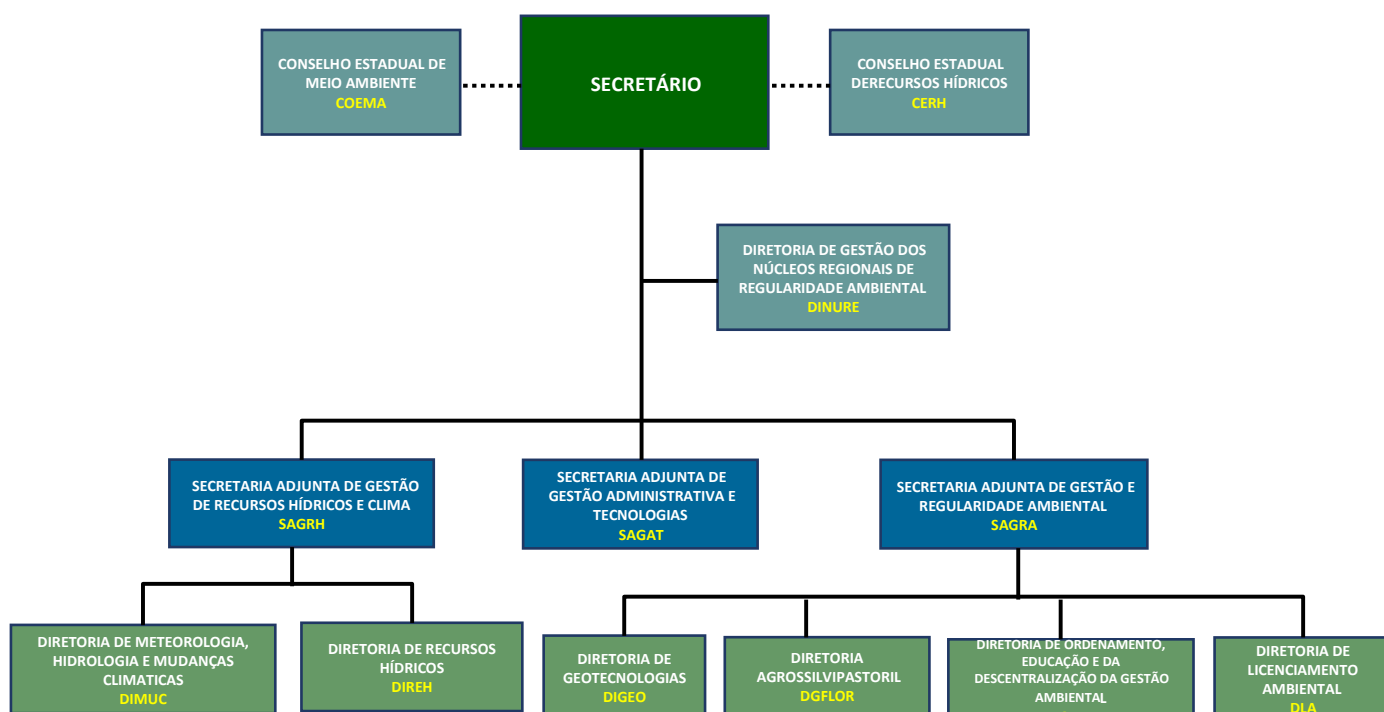
Assim, a SEMAS tem a função de planejar, organizar, coordenar, avaliar as ações a serem realizadas, sem à proteção, à conservação e à melhoria do meio ambiente. A SEMAS é uma estrutura centralizada, democrática e eficiente, através da coordenação da execução das Políticas Estaduais do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.



Missão Institucional

Promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Assim, sendo, um dos muitos objetivos da Secretaria é a regulamentação e normatização dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Como representante estadual do planejamento ambiental, a SEMAS apresenta uma divisão organizacional para execução das diretrizes estabelecidas nas agendas da Rio 92, representada pelas Diretorias, conforme demonstrado no organograma abaixo, com destaque para as áreas que atuam no licenciamento ambiental:



3. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A competência para licenciar é dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA, responsáveis pela melhoria e qualidade ambiental. Trata-se, portanto, de uma atribuição compartilhada estabelecida pela Constituição Federativa de 1988, cuja regulamentação adveio com a edição da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

A referida Lei tem como objetivo fixar normas nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

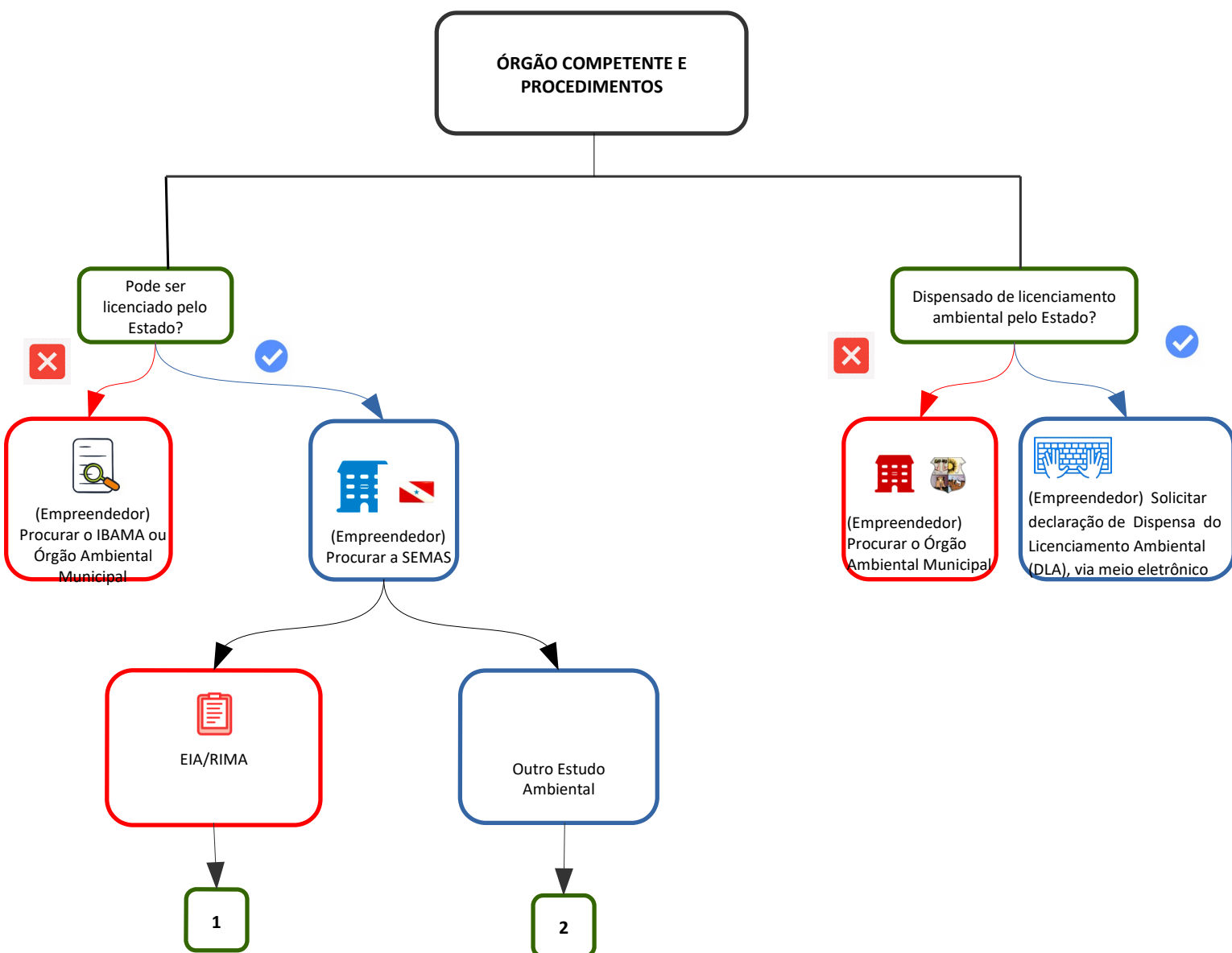
O art. 7º da LC nº 140, de 2011, menciona as atribuições da União, cujo órgão competente é IBAMA. Já os Estados e o Distrito Federal, no processo de licenciamento ambiental, passaram a ter competência **licenciatória residual**. **Os processos de licenciamento ambiental que extrapolam a competência e habilitação municipal, mas não são cabíveis à União, são de responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais e do Distrito Federal.**

Ao tratar sobre a competência dos Municípios, o art. 9º da Lei, define que cabe a eles o licenciamento de atividades e empreendimentos que causem, ou possam causar, impacto ambiental de âmbito local, bem como aqueles localizados em unidades de conservação instituídas pelo município - **exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e daquelas delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio** -, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

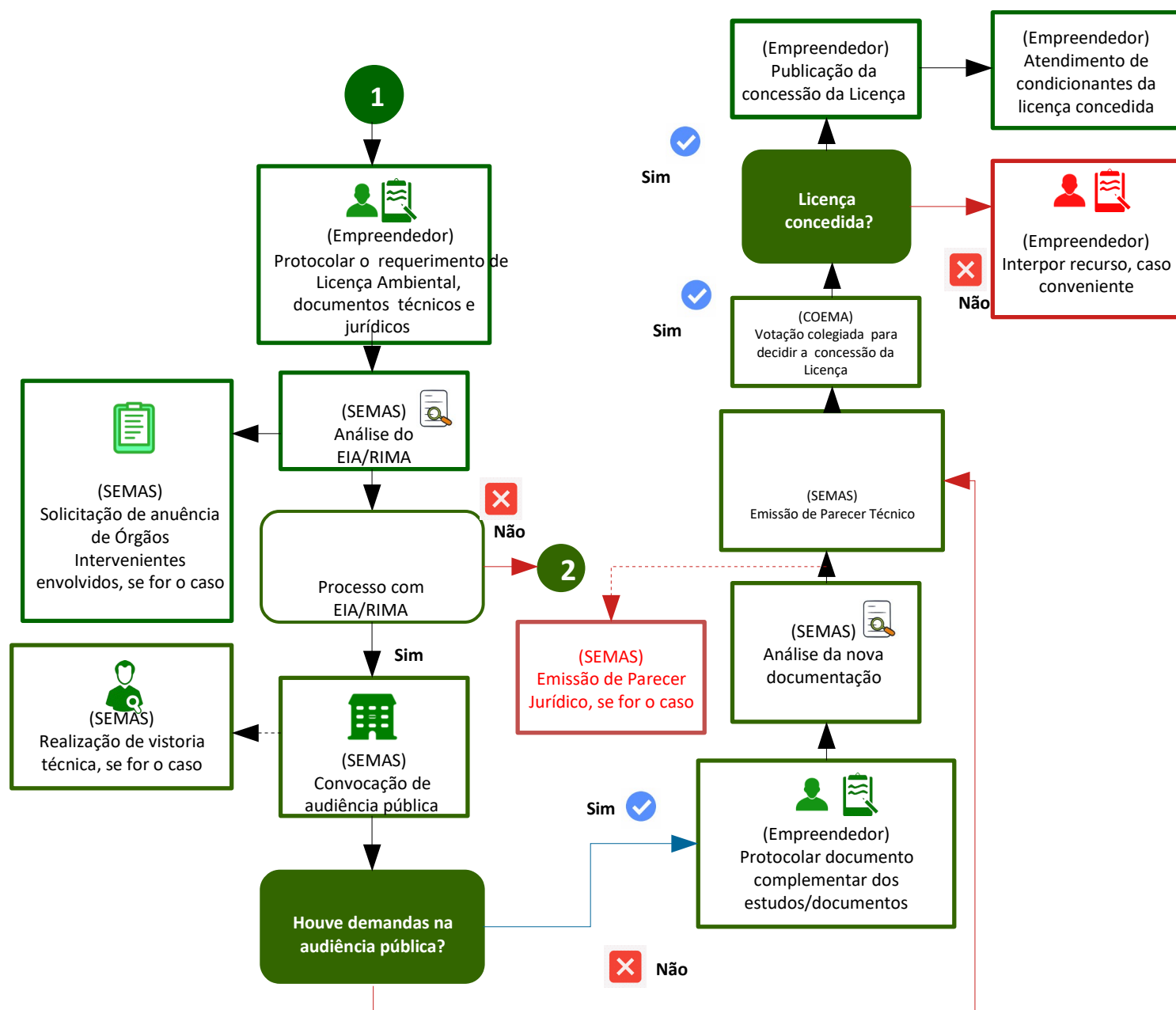
Sobre a competência licenciatória do Estado e dos Municípios paraenses, tem-se as Resoluções nº117, de 25 de novembro de 2014, e nº 162 de 02 de fevereiro de 2021, do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

A identificação do órgão competente, é o primeiro passo para que o empreendedor possa solicitar a Licença Ambiental, conforme a seguir:

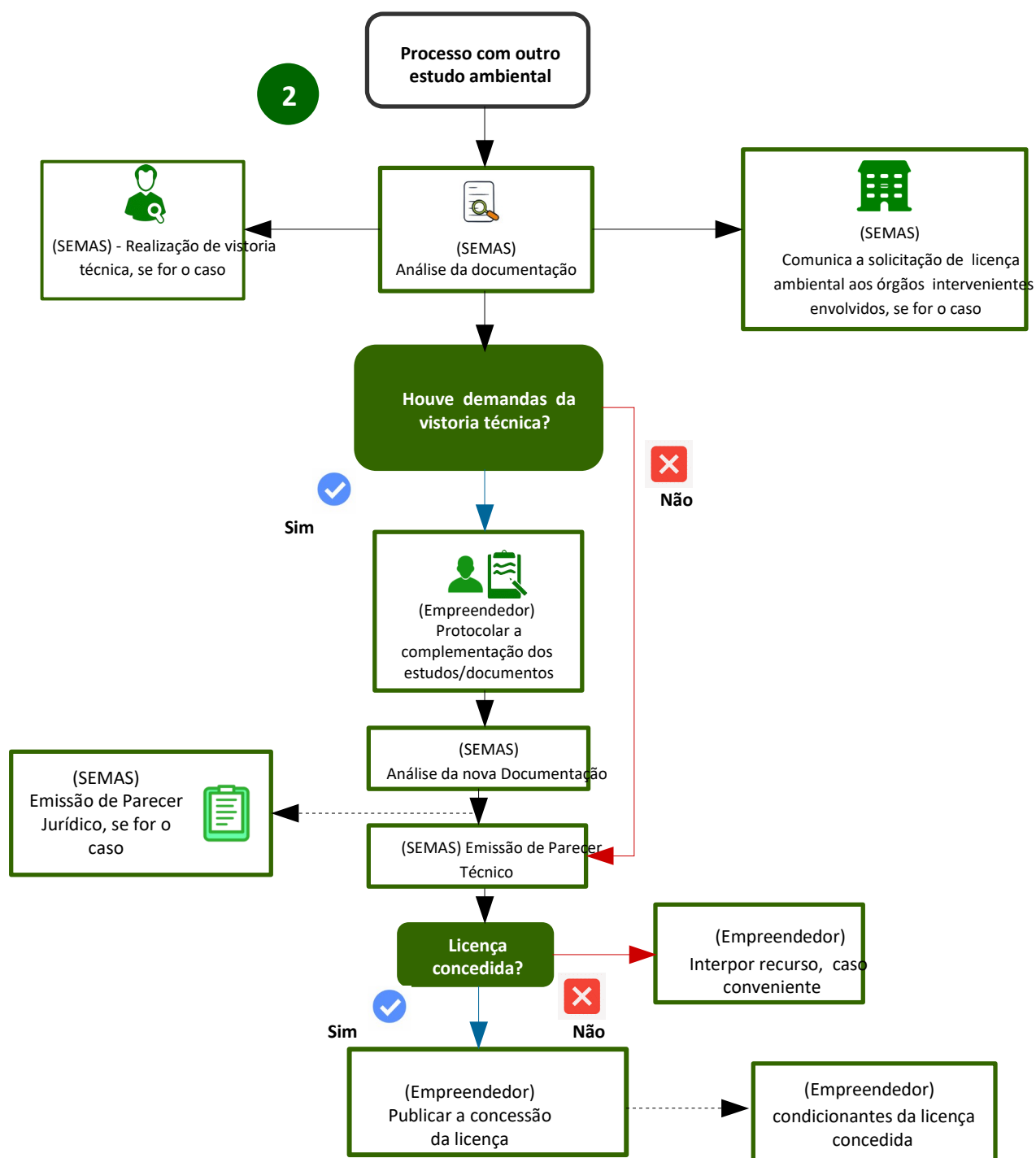
DEFINIÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE



DEFINIÇÃO PELA ELABORAÇÃO DO EIA/RIMA



DEFINIÇÃO PELA ELABORAÇÃO DE OUTRO ESTUDO AMBIENTAL



3.1. Da Competência da União (IBAMA)

O Decreto Federal nº 8.437, de 22 de abril de 2015 regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.



Usina Hidrelétrica de Belo Monte - Altamira/PA
Fonte: Agência Pará



3.2. Da Competência dos Estados (SEMAS)

A Lei Complementar nº 140 de 2011, em seu artigo 8º estabelece que: “São ações administrativas dos Estados”:

(...)

XIII- exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida aos Estados;

XIV- promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º;

XV- promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:

- a) florestas públicas estaduais ou unidades de conservação do Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
 - b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º; e
 - c) atividades ou empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Estado;
- XVII- elaborar a relação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção no respectivo território, mediante laudos e estudos técnico-científicos, fomentando as atividades que conservem essas espécies in situ;
- XVIII- controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, ressalvado o disposto no inciso XX do art. 7º;
- XIX- aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre;
- XX- exercer o controle ambiental da pesca em âmbito estadual; e
- XXI- exercer o controle ambiental do transporte fluvial e terrestre de produtos perigosos, ressalvado o disposto no inciso XXV do art. 7º”.



Plantação de Castanha-do-Pará - São Miguel do Guamá/PA
Fonte: Agência Pará

Governo do Estado do Pará
Secretaria de Meio Ambiente e
Sustentabilidade



A Resolução COEMA nº 117 de 2014, traz em seu anexo a tabela de enquadramento das atividades licenciadas pelo Estado.

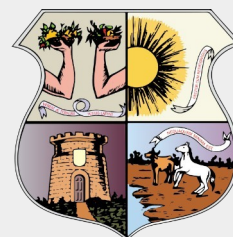
A SEMAS pode ainda ser demandada para atuar de forma SUPLETIVA decorrente da ausência de Órgão Municipal de Meio Ambiente capacitado ou Conselho de Meio Ambiente, bem como por meio de delegação de competência.

3.3. Da Competência do Município (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).

A Resolução Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA nº 162, de 02 de fevereiro de 2021, em observância Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, estabelece que o Município deverá estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente, com órgão ambiental capacitado e Conselho de Meio Ambiente para exercer as ações administrativas decorrentes da competência comum prevista no art. 23, incisos III, VI e VII da Constituição Federal.



Fabricação de produtos cerâmicos refratários – Icoaraci/PA
Fonte: Agência Pará



SEMMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITOARACI-PA

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.4 Da Delegação de Competência

O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas pela LC nº 140, de 2011, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de Conselho de Meio Ambiente.

A Resolução do COEMA nº 162, de 2021, no seu art. 21 preconiza: “O Município poderá obter delegação de competência, por meio de convênio, para a execução de ações administrativas cuja competência seja do Estado, mediante o atendimento de requisitos definidos em norma espe-

cífica”, portanto, o Estado poderá delegar ao município a competência para licenciar exclusivamente um determinado empreendimento ou atividade.

No âmbito estadual, a Instrução Normativa nº 10, de 05 de dezembro de 2019, estabelece os procedimentos para celebração de Convênio de Delegação de Competência para o Licenciamento Ambiental entre SEMAS e o Órgão Municipal de Meio Ambiente.

A Instrução Normativa nº 8, de 20 de fevereiro de 2019, do IBAMA estabelece procedimentos administrativos no âmbito do IBAMA para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA.

Nos atos de delegação devem ser especificados: o empreendimento ou atividade cujo licenciamento será delegado, o prazo de vigência da delegação, bem como o regramento das relações institucionais e administrativas entre os entes partícipes.

3.5. Dos Municípios aptos a licenciar

Desde 2015, a SEMAS, através da Portaria N° 179, mantém uma lista atualizada que dispõe sobre os Municípios do Estado do Pará que possuem capacidade para exercer a gestão ambiental municipal e dá outras providências. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do estado do Pará, 127 (cento e vinte e sete) se declaram aptos ao exercício da gestão ambiental municipal, atendendo aos requisitos apresentados na Resolução COEMA 120/2015 para a prática dos instrumentos legais voltados a gestão ambiental, por meio da promoção do licenciamento ambiental em âmbito local e ações de fiscalização.

Cabe aos Municípios informar, ao COEMA, que estão exercendo a gestão ambiental municipal de forma plena.

A lista dos municípios aptos pode ser conferida no endereço eletrônico da SEMAS.

Atenta ao dever de cooperação, a SEMAS promove capacitação aos técnicos das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, bem como pode prestar apoio técnico e administrativo ao órgão municipal de meio ambiente para o licenciamento, monitoramento ou fiscalização de determinado

empreendimento ou atividade, exercendo a competência subsidiária, sem prejuízo de outras formas de cooperação, conforme estabelecido no art. 16 da Lei Complementar nº 140 de 2011

Além disto, o COEMA pode acompanhar o desempenho do exercício da gestão ambiental, fazendo recomendações e requisições, quando couber, tais como sobre Lei Ambiental Municipal, Conselho Municipal de Meio Ambiente e outros requisitos normativos e técnicos previstos na Resolução do COEMA nº 162 de 2021.

4. REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES/EMPREENDIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDORAS NA SEMAS.

O Licenciamento Ambiental é a base estrutural do tratamento das questões ambientais pela empresa. É através da regularização ambiental que o empreendedor inicia seu contato com o órgão ambiental e passa a conhecer suas obrigações quanto ao adequado controle ambiental de sua atividade.

No estado do Pará a regularização das atividades/empreendimento potencialmente poluidores pode ocorrer das seguintes formas:

- **Inexigibilidade de Licença**
- **Dispensa de Licença Ambiental**
- **Licenças ambientais (Rito Declaratório, Simplificado ou Ordinário)**

A modalidade a ser utilizada é definida de acordo com a natureza, peculiaridade da atividade/empreendimento, observadas as normas legais. As atividades/empreendimentos potencialmente poluidoras regularizadas na SEMAS, encontram-se listadas na Resolução COEMA nº 117, de 25 de novembro de 2014.

Carta Consulta

O procedimento de Licenciamento Ambiental pode ser antecedido de Carta Consulta para definição acerca da necessidade de Licenciamento Ambiental, possibilidade de Dispensa de Licenciamento Ambiental, Estudo ambiental, viabilidade

locacional, exigências aplicáveis, estabelecimento de padrões, dentre outros assuntos.

Na carta é imprescindível que conste as seguintes informações:

- **Identificação do empreendedor;**
- **Identificação do empreendimento com coordenadas geográficas;**
- **Histórico do licenciamento do empreendimento, se for o caso e,**
- **Atividades potencialmente causadoras de impactos na implantação, bem como caracterização da área de influência.**

O licenciamento de atividade de carvoejamento, por exemplo, deverá ser antecedido de Carta Consulta quanto à localização da atividade, conforme legislação aplicável.



A exemplo da importância da regularização dessas atividades/empreendimentos potencialmente poluidoras, a Lei nº 6.938 de 1981, visando garantir a efetiva proteção ao meio ambiente no Brasil, obriga os bancos a exigirem o licenciamento ambiental dos projetos financiados, conforme o artigo 12:

“Art. 12 – As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA”.

Parágrafo único – As entidades e órgãos referidos no caput deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.”

A inobservância das leis ambientais acarretará a perda de crédito e de financiamento, segundo o artigo 14 da referida Lei. Veja:

Art. 14 – Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;”

4.1. Inexigibilidade de Licença

A Resolução do COEMA nº 107, de 8 de março de 2013, destaca 19 (dezenove) práticas agrícolas financiáveis para as quais é INEXIGÍVEL o licenciamento ambiental, tais como: construção e reforma de cerca de arame, cercas vivas e outras; reforma de curral; construção de tulhas e galpões; aquisição de equipamentos de irrigação, inseminação; aquisição de veículos utilitários, tronco, balança, cochos móveis bebedouros, aquisição de animais (cria, recria e engorda), dentre outros.

4.2. Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLA

A Resolução COEMA nº 107 de 2013 define, em seu Anexo I, 60 (sessenta) tipologias relativas às obras ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador, passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA).

Dentre as tipologias dispensadas de Licenciamento, merecem destaque: reforma de posto de saúde, atividades de agricultura familiar prevista no art. 3º da Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006, estacionamento de veículos, comércio de peças e acessórios para veículos automotores, instalação e manutenção de sistema de ar-condicionado residencial, comercial e automotivo, transporte aquaviário de passageiros, desde que localizadas em áreas urbanas, dentre outras.



Agricultura familiar.
Fonte: Agência Pará



Transporte Aquaviário de passageiros
Fonte: Agência Pará

ATENÇÃO

O fato de o Estado não regularizar ambientalmente essas tipologias e práticas, seja pela Dispensa, Inexigibilidade ou Licença, não desobriga o ente municipal de licenciar, vez que a atividade poderá ser enquadrada como de impacto local. Portanto, recomenda-se que o interessado consulte o órgão municipal de Meio Ambiente, a fim de verificar as regras estabelecidas.

4.3. Licenciamento Ambiental - LA

O Licenciamento Ambiental consiste em um importante instrumento de gestão da Política Nacional de Meio Ambiente. Trata-se de um procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Através desse, a administração pública visa exercer o adequado controle sobre as atividades antrópicas que, de alguma forma, interferem no meio ambiente.

Desta forma, o licenciamento tem, como principal objetivo, conciliar o desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, buscando garantir a sustentabilidade dos ecossistemas.

Para assegurar a efetividade do mesmo, a proteção ambiental deve ser incorporada ao planejamento das atividades daqueles setores que fazem uso dos recursos naturais, com os devidos estudos a respeito dos impactos que tais atividades causam ao meio.

O empreendimento/atividade listado no Anexo Único da Resolução do COEMA nº 117 de 2014 é obrigado a ter licença ambiental, entre elas estão as atividades industriais, minerárias, agroflorestais e infra-estruturais.

ATENÇÃO

Algumas tipologias listadas no Anexo Único da Resolução COEMA nº117 de 2014, poderão ser dispensadas do licenciamento ambiental, desde que se enquadrem nos quesitos estabelecidos no Anexo I da Resolução do COEMA nº 107 de 2013.

4.3.1. Atividades licenciáveis

Agro Silvipastoris	Minerárias
<ul style="list-style-type: none"> – Atividade Manejo Florestal – Atividade Agropecuária – Atividade Agroindustrial – Atividade Palmeira 	<ul style="list-style-type: none"> – Jazidas de substâncias metalíferas – Jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil – Jazidas de fertilizantes – Jazidas de combustíveis de fósseis sólidos – Jazidas de rochas betuminosas e pirometamórficas – Jazidas de gemas e pedras ornamentais – Jazidas de minerais industriais não incluídas nas classes precedentes – Jazidas de águas minerais
Infra – estruturais	Industriais
<ul style="list-style-type: none"> – Aquicultura – Represas e reservatórios – Linhas de transmissão de eletricidade (grande escala) – Bases de armazenamento de petróleo – Irrigação e drenagem – Dutos (óleo, gás, água e outros) – Portos e cais – Aproveitamento hidroelétrico – Aeroportos, ferrovias, hidrovias e rodovias – Saneamento urbano (grande escala) – Parcelamento do solo (loteamentos e desmembramentos) – Edificações uni e multifamiliares – Distritos industriais – Turismo (grande escala). 	<ul style="list-style-type: none"> – Metalurgia – Beneficiamento mineral (caulim, bauxita etc.) – Celulose e papel – Estaleiro – Matadouro e frigorífico – Laticínio e alimentícia – Óleo e sabão – Perfumaria e sabonetes – Indústria pesqueira – Usina asfáltica e de concreto – Indústria química e farmacêutica – Recapagem de pneus e outras – Atividade de Produtos Perigosos (Prestadoras de serviços, Empresas que comercializam produtos agrotóxicos, Empresas que manipulam e comercializam preservativos de madeira) – Atividades Madeireiras (serraria laminados, compensados, carvejamento, aproveitamento de resíduos, marcenaria e movelaria)

Tabela 01: Atividades Licenciáveis

5. ATOS AUTORIZATIVOS E PRAZOS DE VALIDADES (LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E GUIAS) EMITIDOS PELA SEMAS.

TÍTULO	DESCRIÇÃO	VALIDADE MÍNIMA	VALIDADE MÁXIMA
LP	Aprova a localização e concepção do empreendimento, atividade ou obra que se encontra na fase preliminar do planejamento atestando a sua viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação, bem como suprindo o requerente com parâmetros para lançamento de efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos, emissões sonoras, além de exigir a apresentação de propostas de medidas de controle ambiental em função dos possíveis impactos ambientais a serem gerados.	3 (três) anos O prazo de validade poderá ser inferior ao mínimo, se o cronograma estabelecido para elaboração dos projetos relativos ao empreendimento ou atividade, ou para sua instalação, for de duração menor.	5 (cinco) anos
LI	Autoriza a instalação do empreendimento, atividade ou obra de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, fixando cronograma para execução das medidas mitigadoras e da implantação dos sistemas de controle ambiental.	3 (três) anos O prazo de validade poderá ser inferior ao mínimo, se o cronograma estabelecido para elaboração dos projetos relativos ao empreendimento ou atividade, ou para sua instalação, for de duração menor.	5 (cinco) anos
LO	Autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas nas licenças anteriores.	3 (três) anos Poderá ser estabelecido prazo de validade específico para a LO de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores. Na renovação da LO de uma atividade ou empreendimento, a SEMA, mediante decisão motivada, poderá aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior.	5 (cinco) anos
LAR	Instrumento de controle, monitoramento e comprovação da regularidade ambiental das atividades agrossilvipastoris (PMFS-Manejo florestal, Agricultura e Pecuária) nos imóveis rurais no Estado do Pará.		5 (cinco) anos, de acordo com o estabelecido no art. 94, § 2º, da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995 e Decreto Estadual nº 857, de 30 de janeiro de 2004.
AF	Instrumento previsto no art. 98, da Lei Estadual nº 5887, de 09/05/1995, regulamentado pela Resolução COEMA nº 24, de 13/12/2002, em seu art. 1º onde estabelece que a SEMAS concederá Autorização de Funcionamento, como procedimento de regulação provisória, anterior à concessão da Licença de Operação.		Prazo certo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, vedada a sua renovação, em qualquer caso, nos termos da resolução COEMA nº 24 de 2002.
ASV	Autoriza execução de trabalhos de supressão da vegetação visando a implantação de empreendimentos ou atividades potencialmente poluidoras e degradadoras. Podendo ser emitida para os casos onde há necessidade de suprimir árvores nativas isoladas, ante o risco iminente de queda, perigo de tombamento (necrose interna e patologias que afetam a estabilidade vegetal).		Prazo de validade de acordo com a especificidade da atividade, baseado no cronograma de execução do empreendimento, não podendo ultrapassar o prazo de validade da licença ambiental a qual está vinculada, nos termos da IN nº 2 de 2015.
AU	Instrumento previsto na Resolução COEMA nº 23/2002, emitido para as atividades que se caracterizam pela diversidade e transitoriedade, as quais não se coadunam com as características da licença. Utilizada para acobertar Captura, Coleta, Manejo e Monitoramento de Fauna.		Prazo de validade fixado, dependendo da atividade, nos termos da Resolução COEMA nº 23 de 2002.

TÍTULO	DESCRIÇÃO	VALIDADE MÍNIMA	VALIDADE MÁXIMA
AUTEF	Documento expedido para regularização e aprovação das atividades de Plano de Manejo Sustentável-PMFS e ASV-Autorização de Supressão de Vegetação, consignando a volumetria e os nomes científicos e vulgares das essências autorizadas à exploração.		Autorização para a execução do Plano Operacional Anual – POA deverá ter validade de 1 (um) ano.
AUMP	Título concedido visando aproveitamento da matéria-prima florestal para detentor de ASV e AUTEF		Anual.
APAT	Ato que atesta a viabilidade jurídica da prática de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, com base na documentação apresentada e na existência de cobertura florestal por meio de imagens de satélite.		Anual
GF	Títulos são emitidas no SISFLORA, a partir do CEPFLO dos detentores de crédito de produtos e/ou subprodutos florestais e seus agregados.		2 dias.
SISPASS	Homologação do Cadastro no Sistema de Sistema Gestão de criadores de Passeriformes Silvestres-SISPASS e exercício da atividade.		Anual
Guia de Transporte.	Controle das atividades relacionadas à manutenção, comercialização e transporte de organismos aquáticos com fins de ornamentação com a emissão de guia de transporte eletrônica para a atividade, contendo maiores detalhes.		Individualizada para cada transporte.
CLCR	Ato instituído para crédito de reposição florestal, após comprovação e vinculação do plantio, ao responsável pelo plantio, por meio de certificado do órgão ambiental competente;		Decreto Estadual nº 174 de 2007
DVPF	Documento emitido para transações comerciais de produtos/subprodutos de origem florestal, bem como qualquer outro produto que contenha em sua composição matéria-prima florestal ou demais formas de vegetação.		Anual

Tabela 02: Instrumentos de licenciamento e autorizações emitidos na SEMAS e seus respectivos prazos de validade.

5.1. Condicionantes de Licença Ambiental

São exigências feitas quando da concessão da licença, voltados à mitigação (minimização), ou compensação dos impactos ambientais decorrentes de um determinado empreendimento ou atividade.

A previsão legal dessas exigências encontra-se na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 237 de 19 de dezembro de 1997, em seu artigo 1º, inciso II, norma que conceitua licença ambiental:

“II- Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”.

É importante que a empresa realize o monitoramento do cumprimento das condicionantes, pois o seu não cumprimento pode levar a suspensão ou cancelamento da licença, bem como interferir na obtenção da licença de operação.

CONDICIONANTES

Meio físico: Relatório de automonitoramento do efluente industrial, com pontos de amostragem na entrada (bruto) e saída (tratado) do referido sistema de tratamento, contemplando os seguintes parâmetros: cor, DBO5 20°C, DQO, fósforo total, nitrito, nitrato, nitrogênio amoniacal, óleos e graxas, sólidos dissolvidos, materiais sedimentáveis, sólidos totais, coliformes termotolerantes, temperatura, condutividade elétrica, turbidez, pH, sulfato e oxigênio dissolvido;

Meio Biótico: Apresentar relatório anual referente ao programa de monitoramento integrado dos manguezais, em meio impresso e digital contendo a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

Meio antrópico: Apresentar semestralmente relatórios referentes aos planos e programas do meio socioeconômico e cultural.

5.2. Renovação das Licenças Ambientais

As licenças serão renovadas a requerimento do administrado. Na renovação da Licença de uma atividade ou empreendimento, a SEMAS, mediante decisão motivada, poderá aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após análise do cronograma de implantação, bem como da avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior.

A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

5.3. Manutenção das Licenças

O art. 7º do Decreto Estadual nº 1.120, de 08 de julho de 2008 estabelece que a manutenção da validade das Licenças de Instalação e Operação, fica condicionada à apresentação de Relatório de Informação Ambiental - RIA, além do recolhimento de taxa administrativa anual referente a atividade licenciada, que será correspondente aos mesmos valores estabelecidos pela Lei nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996, alterada pelas Leis nº 6.430, de 27 de dezembro de 2001 e nº 6.724, de 02 de fevereiro de 2005, proporcional ao ano em exercício.

ATENÇÃO

A não apresentação do RIA, bem como o não recolhimento de taxa administrativa anual referente a atividade licenciada, implicará na suspensão ou cancelamento imediato das Licenças.

5.4. Enquadramento e Taxas de Licenças, Autorizações e Guias.

No Anexo Único da Resolução do COEMA nº 117 de 2014 constam 414 (quatrocentos e quatorze) tipologias passíveis de serem regularizadas ambientalmente pelo Estado. Nesse anexo consta ainda a unidade e o porte do empreendimento/atividade (variando de A a F), bem como, o potencial poluidor/degradador (variando de I a III). Ao final o interessado fazendo o cruzamento dos dados do empreendimento ou atividade obterá o enquadramento para fins de taxa e recolhimento do valor devido para obtenção do ato autorizativo solicitado.

A Lei Estadual nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996 estabeleceu a base de cálculo das taxas é a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-PA, ou outro índice que venha a substituí-la, vigente à data do pagamento, sobre o qual incidirá o número de vezes o Índice de Aplicação (IA).

Considerar-se-á, para efeito do cálculo das taxas de que trata esta Lei, a equação matemática seguinte:

$T = UPF \times IA = VT$, onde:

a) T = denominação da taxa;

b) UPF-PA = valor monetário da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará;

c) IA = índice de aplicação (número de vezes que deve ser considerado em relação à Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará;

d) VT = Valor da taxa.

A seguir apresentamos a tabela com as licenças que são emitidas pela SEMAS, o porte do empreendimento e o Índice de Aplicação (IA), para que o interessado possa visualizar o valor a ser pago pela licença a ser requerida.

ÍNDICE DE APLICAÇÃO (IA) ALÍQUOTA – ANEXO ÚNICO DA LEI 6.724, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2005									
TIPOS DE LICENÇA	PORTE DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE								
	A-I	A-II	A-III	B-I	B-II	B-III	C-I	C-II	C-III
Autorização de Funcionamento	127,5	561	663	765	867	818	1071	1530	2040
Licença Prévia	25,5	25,5	306	357	408	459	510	561	612
Licença de Instalação	63,75	306	357	408	459	510	561	663	765
Licença de Operação	25,3	25,5	357	408	510	765	1020	1530	2040
Licença Ambiental Rural	25,5	25,5	357	408	510	765	1020	1530	2040
Autorização	25,5	25,5	306	357	408	459	510	561	612
TIPOS DE LICENÇA									
	D-I	D-II	D-III	E-I	E-II	E-III	F-I	F-II	F-III
Autorização de Funcionamento	2550	3060	3570	4080	4590	5100	5865	6630	7650
Licença Prévia	714	816	918	1020	1275	1530	2040	2550	3060
Licença de Instalação	1020	1275	1530	1785	2040	2550	3060	3570	4080
Licença de Operação	2550	3060	3570	4080	4590	5100	5865	6630	7650
Licença Ambiental Rural	2550	3060	3570	4080	4590	5100	5865	6630	7650
Autorização	714	816	918	1020	1275	1530	2040	2550	3060

Tabela 03. Alíquota aplicada nos títulos autorizativos emitidos pela SEMAS.

Exemplo: Uma empresa que venha se implantar no estado e vá produzir 100.000 toneladas de ferro-gusa por ano pagará as seguintes taxas para fins de licenciamento:

Porte do empreendimento = C (100.000 ton./ano)

Potencial Poluidor / Degradador: III

Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF/PA), a vigorar no exercício fiscal de 2020, foi fixado em 30 de dezembro de 2019:

UPF/PA= R\$ 3,5751

$T = UPF \times IA = VT$ (Valor em Real)

Licença Prévia = 3,5751 (UPF) x 612 (IA) = R\$ 2.187,9612

Licença de Instalação = 3,5751 (UPF) x 765 (IA) = R\$ 2.734,95

Licença de Operação = 3,5751 (UPF) x 2.040 (IA) = R\$ 7.293,20

Além das taxas acima especificadas, o empreendimento poderá ter que pagar, ainda, taxas das Autorizações para Inventário de Fauna Silvestre (fase que antecede a Licença Prévia – LP); Supressão Vegetal (ASV); para captura, coleta, resgate, transporte e soltura de manejo de fauna silvestre (ambas na fase de Licença de Instalação) e monitoramento faunístico (na fase de Licença de Operação).

O valor da taxa da(s) Autorização(ões) a ser(em) paga(s) dependerá do tamanho da área a ser afetada pelo empreendimento.

6. SISTEMAS OPERACIONAIS VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A SEMAS utiliza e disponibiliza aos usuários vários sistemas informatizados como ferramenta para o monitoramento e a gestão ambiental, relacionados desde a emissão de licenças ambientais, e outros atos autorizativos, até o controle e monitoramento de atividades e recursos naturais.

6.1. Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Técnico (SIMLAM Técnico).



Busca facilitar a comunicação entre os responsáveis técnicos e a SEMAS, através da disponibilização de todos os roteiros e modelos utilizados na secretaria, bem como viabiliza o acompanhamento, pelo responsável técnico, das tramitações processuais e, quando for o caso, pendências do processo de licenciamento ambiental.

6.2. Sistema Integrado de Monitoramento Licenciamento Ambiental - Módulo Público (SIMLAM Público).



Tem como objetivo disponibilizar para o público em geral um acompanhamento dos processos e das atividades licenciadas pela SEMAS - PA, com o objetivo de imprimir para o público em geral, transparência e eficiência à política ambiental.

6.3. Sistema de Licenciamento Ambiental Declaratório/Simplificado.



A Instrução Normativa nº 01 de 26 de janeiro de 2018, regulamenta sobre o protocolo digital, para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA e do Licenciamento Ambiental Declaratório e Licenciamento Ambiental Simplificado na SEMAS - PA.

O protocolo digital é o meio para a inscrição no banco de dados destinado às pessoas físicas e jurídicas responsáveis pelos empreendimentos que estiverem contemplados pela Resolução COEMA nº 107 de 2013 e Resolução COEMA nº 127 de 18 de novembro de 2016. O interessado deverá preencher as informações referentes a atividade que deseja licenciar e poderá verificar, no sistema, se ele se encaixa dentro dos requisitos do licenciamento simplificado.

Essa proposta foi pensada para que os empreendedores tenham a possibilidade de registrar no sistema de forma mais rápida, sem precisar fazer o deslocamento até uma unidade da SEMAS.

Os processos de licenciamento ambiental protocolados na SEMAS eletrônicos/digitalizados e sua tramitação se dá de forma online, sendo que apenas para protocolar os processos ordinários, através do sistema SIMLAM, que é necessário o deslocamento do interessado até uma unidade da SEMAS.

O procedimento eletrônico aboliu o uso do papel, reduziu tramitações e recurso humano no órgão, e gerou mais celeridade nos procedimentos administrativos.

6.4. Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA



Sistema integrado ao CEPROF-PA (Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais) tem como objetivo auxiliar e controlar a comercialização e o transporte de produtos florestais no Estado. Neste Sistema são emitidas as Guias Florestais para acobertar o transporte dos produtos, bem como ocorre a transferência de créditos entre os consumidores inscritos no CEPROF.

6.5. Declaração Ambiental para fins de extração e Produção de Palmito e Frutos de Açaí – DAPP.



Declaração Ambiental para Extração e Produção de Palmito e Frutos de Açaí – DAPP e o Relatório Ambiental Anual de Extração, Produção e Comercialização de Palmito – RAP consistem em instrumentos simplificados para a autorização e o controle das atividades de manejo, extração e produção de palmito e frutos da espécie açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), realizadas em florestas nativas de várzeas e em áreas de baixios e grotas de florestas de terra firme, por populações agroextrativistas no Estado do Pará. A declaração é emitida em sistema específico disponibilizado no site da SEMAS.

6.6. Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes - SISPASS.



O Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes – SISPASS é um sistema informatizado do IBAMA, gerido pela SEMAS, para controlar as operações de manejo do cidadão que mantém pássaros silvestres, legalmente.

Tem como uma de suas finalidades instruir os criadores amadoristas a criar seus pássaros dentro dos preceitos legais, especialmente a Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 20 de setembro de 2011.

Para tornar-se um criador registrado e ter pássaros legalizados é necessário se cadastrar no site do IBAMA, que se inicia no Cadastro Técnico Federal – CTF conforme MANUAL disponibilizado neste site. Esse cadastro é feito pelo interessado e deve ser homologado pela SEMAS, sendo que o “novo” criador não pode adquirir pássaros antes de finalizar esse processo.

Vale esclarecer que a aquisição das aves que formam o plantel dentro do SISPASS, só pode se dar de duas maneiras: pela transferência entre criadores amadoristas ou através da compra de um criador comercial, ambos em situação regular junto aos órgãos ambientais.

A licença/autorização do SISPASS não se aplica à regularização de pássaros sem anilhas e de origem ilegal, bem como que a comercialização de aves por criadores amadores é considerada ilegal.

6.7. Sistema de Fauna, Aquicultura e Pesca- SISFAP.



O Sistema de Fauna, Aquicultura e Pesca visa maior controle das atividades relacionadas à manutenção, comercialização e transporte de organismos aquáticos com fins de ornamentação – os chamados peixes ornamentais. A ferramenta confere maior transparência na gestão e monitoramento do fluxo de peixes ornamentais no Estado, por contar com a emissão de guia de transporte eletrônica para a atividade.

6.8. Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pará - SIGERH



Sistema eletrônico digital de regularização do Uso dos Recursos Hídricos de domínio estadual, por meio de Outorgas, Dispensas de Outorga e Autorizações para perfuração de poços, tem como objetivo agilizar e otimizar procedimentos, reduzir custos, atendendo o princípio da economicidade e de transparência.

A Instrução Normativa SEMAS nº 06, de 18 de dezembro de 2018, institui o SIGERH, de uso obrigatório e eletrônico para solicitação de regularização do uso de recursos hídricos de domínio do estado do Pará.

6.9. Sistema eletrônico para inscrição do Cadastro Ambiental Rural- SICAR/PA



Tem como finalidade de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico. As análises, notificações, envio de retificações e alterações dos Cadastros, são processadas neste sistema, assim, tem interação tanto do usuário externo quanto do técnico analista dos órgãos ambientais que avaliam CAR. Além disso, a base está disponível para consulta pública.

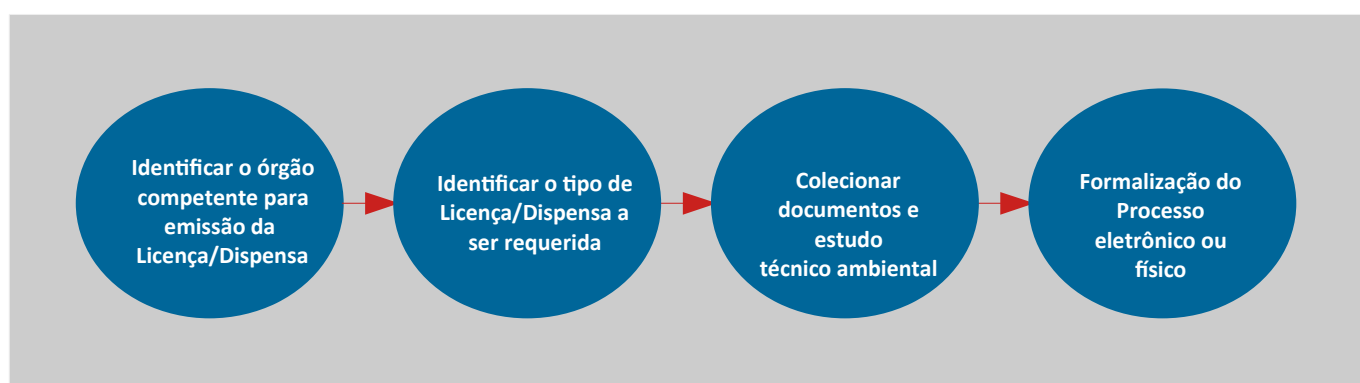
6.10. Portal do Programa de Regularização Ambiental-PRA



Sistema eletrônico que possibilita a regularização ambiental de propriedades e posses rurais do Estado, em que se tenha constatado a existência de passivos ambientais, relativos às áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente e/ou uso restrito, no âmbito do Cadastro Ambiental Rural.

7. PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL

7.1. Passos para a obtenção da licença.



**1º
Passo**

Identificação do órgão a quem solicitar a licença

Os empreendimentos cujos potenciais impactos ultrapassem os limites do Estado devem ser licenciados pelo IBAMA. Caso o empreendimento a ser licenciado se enquadre em alguma das 280 (duzentos e oitenta) tipologias e no limite estabelecido na Resolução COEMA nº 162 de 2021, é competência do município em licenciar.

No caso de empreendimentos cujos potenciais impactos ambientais sejam restritos aos limites do Estado, a competência para o licenciamento é da SEMAS.

2º Passo

Identificação do tipo de licença ambiental a ser requerida

ATENÇÃO

Nos casos de elaboração de estudos ambientais, para fins de Inventário de Fauna Silvestre, a partir de dados primários, o interessado deverá solicitar a autorização para captura, coleta, resgate, transporte e soltura de manejo de fauna silvestre, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 52, de 15 de setembro de 2010.

3º Passo

Para obtenção da Licença Prévia (LP)

Nesta etapa será avaliada a localização, a concepção do empreendimento ou atividade, medidas de controle ambiental, área adequada, estudos ambientais pertinentes (EIA/RIMA ou RCA). A partir de análises desse estudo, bem como, da realização de vistoria técnica, a SEMAS, atestará a viabilidade ambiental e locacional e estabelecerá os requisitos básicos a serem seguidos pelo empreendimento ou atividade (condicionantes).

ATENÇÃO

Prazo máximo para atendimento da notificação: 04 meses.

Prazo para conclusão da análise de Processos com EIA-RIMA: 12 meses.

Prazo para conclusão da análise de Processos com outros estudos ambientais:
06 meses.

PRAZOS SUSPENSOS nos casos de emissão de Notificação.

4º Passo

Licença de Instalação (LI)

Para fins de obtenção de LI o interessado deverá apresentar o Plano de Controle Ambiental – PCA, elaborado a partir do Termo de Referência oferecido SEMAS e o Projeto Executivo do empreendimento.

Após a análise do PCA e do Projeto Executivo, bem como a realização de vistoria (se for o caso), e a equipe técnica encontre dúvidas ou divergências de informações, a SEMAS notificará o interessado a apresentar informações complementares, conforme prazo previsto na legislação ambiental vigente, não superior a 120 (cento e vinte) dias.

A Licença de Instalação será concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, nos termos das medidas de controle ambiental adotadas e demais condicionantes da Licença Prévia.

Para o caso em que houver a necessidade de supressão de vegetação para implantação de um empreendimento ou atividade, o interessado deverá requer Autorização de Supressão Vegetal (ASV), nos moldes do Termo de referência disponível no endereço eletrônico da SEMAS e Instrução Normativa nº 02 de 6 de julho de 2015.

Concomitantemente a solicitação da ASV, o interessado deverá solicitar a Autorização de Captura, Coleta, Resgate, Transporte e Soltura de Manejo de Fauna Silvestre, conforme estabelece a Instrução Normativa SEMAS nº 52, de 2010.

5º Passo

Licença de Operação (LO)

A Licença de Operação será concedida para a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências constantes na fase de Licença de Instalação, com o estabelecimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para o tipo de operação.

A concessão da Licença de Operação também se aplica para casos em que a atividade se implantou ou está em operação sem a devida licença da SEMAS, neste caso o interessado deverá apresentar para análise todas as informações pertinentes as fases de LP e LI, como processo corretivo de licenciamento ambiental.

ATENÇÃO

Independentemente do processo de licenciamento corretivo o empreendimento ou atividade será autuada por ter se implantado e/ou estar em operação sem a devida licença da SEMAS, conforme estabelece a Lei Ambiental do Estado do Pará.

Algumas atividades, devido suas peculiaridades, não necessitam passar por todo o processo de licenciamento ambiental (LP, LI e LO), cabendo neste caso apenas a Licença de Operação. Dentre essas atividades podemos elencar as seguintes que deverão solicitar diretamente a LO: Transporte de Produtos Perigosos; Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde, Transporte de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, Transporte de Minério e Pesquisa Mineral.

7.2. Do Licenciamento Ambiental Declaratório/Simplificado

A Resolução Ad Referendum do COEMA nº 127, de 18 de novembro de 2016 estabelece os procedimentos e critérios para o Licenciamento Ambiental Simplificado, denominado SIMPLES AMBIENTAL, de empreendimentos e/ou atividades de baixo potencial poluidor/degradador, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS.

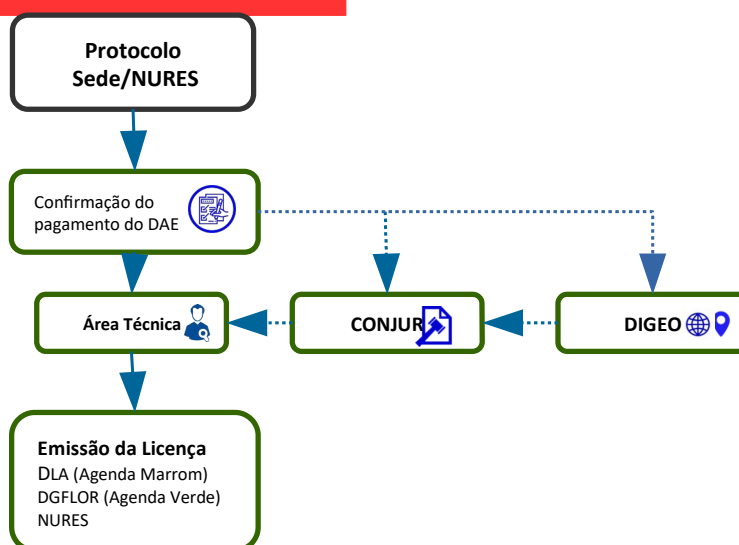
Além disto, tal Resolução prevê 54 (cinquenta e quatro) tipologias que se enquadram como de “baixo impacto”, sendo que 24 (vinte e quatro) poderão ser obtidas pelo rito “Simplificado” e 30 (trinta) na modalidade de “Declaratório”.

Nas modalidades Simplificado e Declaratório, o licenciamento consiste na concessão das Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI), de Operação (LO) e da Licença de atividade Rural (LAR), em um único momento ou isoladamente, para empresas e/ou atividades classificadas como de baixo impacto ambiental.

Licenciamento SIMPLIFICADO: Prazo máximo para conclusão da análise do processo de 30 dias, contados a partir da comprovação do pagamento do DAE, sendo que, no caso de notificar o interessado a apresentar informações complementares, no prazo máximo de 05 dias, essa contagem é suspensa e recomeça a partir do protocolo das informações complementares.

Licenciamento DECLARATÓRIO: após prestar as informações solicitadas pelo sistema, bem como, após a comprovação do pagamento do respectivo DAE, o interessado poderá extrair no sistema a Licença requerida.

8. FLUXO DE ANÁLISE



VISTORIA

A SEMAS, a qualquer tempo, poderá agendar vistoria técnica na área do empreendimento, a fim de avaliar a veracidade das informações apresentadas, além de obter informações que subsidiarão o estabelecimento das condicionantes ambientais.

9. DEMAIS ATOS AUTORIZATIVOS

A licença ambiental, via de regra, não constitui o único ato autorizativo necessário para a regular implantação e funcionamento de um empreendimento ou atividade utilizadora de recursos ambientais. Algumas intervenções sobre o ambiente, muitas vezes indispensáveis para o empreendimento, devem ser precedidas de autorizações, tais como: **outorga de direito de uso de recurso hídrico, autorização da Agência Nacional de Mineração-ANM, autorização de coleta para material biológico** fornecida pelo IBAMA visando diagnóstico com dados primários. Estas autorizações podem ser obtidas na própria SEMAS ou em outros órgãos.

9.1. Outorga de Direito de Uso de Recurso Hídrico

Tipo de autorização ligada à Agenda Azul que permite intervenção e usos capazes de gerar impactos sobre os recursos hídricos, desde que observados determinados requisitos.

A outorga é um ato administrativo emitido pelo órgão gestor dos recursos hídricos, que autoriza o uso da água ou realizar interferências hidráulicas nos corpos hídricos, necessárias ao consumo ou como insumo em atividades produtivas, com objetivo de realizar o controle quali-quantitativo e garantir o efetivo direito de acesso à água evitando conflitos entre os diversos usuários dos recursos hídricos.

De acordo com o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

A outorga pode ser emitida pelo ente estadual ou federal dependendo do domínio do corpo de água.

Caberá à ANA a emissão quando a atividade/empreendimento interferir em corpo hídrico de domínio da União:

“Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

(...)

XIX - regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes.”

De acordo com a Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos no estado do Pará, as seguintes atividades estão sujeitas à outorga:

“Art. 12. Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos dos recursos hídricos:

I – derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para o consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II – extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III – lançamento de esgotos e demais resíduos, tratados ou não, em corpo de água, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

IV – aproveitamento de potenciais hidrelétricos;

V – utilização das hidrovias para o transporte;

VI – outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.”

9.2. Modalidades de Outorga

Assim como no licenciamento ambiental, a solicitação de outorga também possui etapas e atos administrativos específicos de acordo com o objeto a ser solicitado pelo usuário.

Outorga Preventiva: ato autorizativo emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos que declara a disponibilidade de água para os usos requeridos pelo usuário, de forma a reservar a vazão passível de outorga, não conferindo a este o direito de uso de recursos. Deve ser solicitada pelos novos empreendimentos, ou empreendimentos que estejam em fase de instalação sem uso da água.

Outorga de Direito: ato autorizativo emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos que concede o efetivo direito de uso da água, por prazo e condições determinadas. Deve ser requerida por empreendimentos já existentes em fase de operação.

Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH- documento emitido com a função de declarar a disponibilidade de água, necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico. Conforme disposições dos artigos 7º e 26, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e artigo 9º da Resolução nº 37, de 26 de março de 2004, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, a DRDH é convertida em outorga em nome da entidade que receber da autoridade competente do setor elétrico (Aneel), a concessão ou autorização para uso do potencial de energia hidráulica.

Autorização para perfuração de poço: documento emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos, que autoriza o usuário a executar a construção de poço (s) tubular (es), porém, não conferindo a este o direito de uso de recursos hídricos.

Declaração de Dispensa de Outorga: documento emitido pelo órgão gestor de recursos hídricos, para usuários que realizam captação subterrânea ou captação superficial para volumes de água considerados insignificantes.

DISPENSADOS DE OUTORGA

De acordo a Alteração da Resolução nº 9, de 18/10/2010:

- é considerada captação superficial insignificante aquelas que não excedam a vazão máxima de até 86 m³/dia;
- é considerada captação subterrânea insignificante aquelas que se destinam ao abastecimento residencial unifamiliar; aquelas com vazão de até 40 m³/dia para uso residencial multifamiliar e aquelas com vazão máxima de captação de até 5 m³/dia para demais usos.

A SEMAS aplica a Instrução Normativa nº 002, de 25 de abril de 2012 para protocolo de processos de licenciamento ambiental que dependem de Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

10. DOCUMENTOS PARA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A Instrução Normativa nº 11, de 16 de dezembro de 2019, definiu os procedimentos e critérios gerais para a instauração de processos de licenciamento ambiental, em quaisquer de suas modalidades e sua renovação, no âmbito de competência da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS.

Documentos para licenciamento:

- I Requerimento padrão da SEMAS devidamente preenchido e assinado;
- II Documento de Identificação do proprietário/administrador;
- III Procuração, acompanhada do documento de identificação do Procurador, quando houver;
- IV Cadastro de Técnico de Atividades de Defesa Ambiental – CTDAM; e
- V Comprovante de pagamento de taxas do processo de licenciamento ambiental.
- VI Cadastro Técnico Federal.

No caso de licenciamento requeridos por pessoas jurídicas, também deverão ser protocolados os seguintes documentos:

- I Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, ou Requerimento do Empresário;
- II Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e
- III Inscrição Estadual ou prova de isenção de contribuição estadual.

Além dos documentos acima citados, é necessária a apresentação de estudos de caráter técnico e ambiental específicos à atividade ou empreendimento objeto do licenciamento, exigidos nos Checklist e Termos de referência para cada atividade/tipologia, disponíveis no endereço eletrônico da SEMAS.

11. ESTUDOS TÉCNICOS PARA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Estudo Impacto Ambiental: estudo elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, dedicada à análise objetiva das implicações de implementação de um projeto ou empreendimento no meio ambiente, avaliando as prováveis modificações nas diversas características socioeconômicas e biofísicas do meio ambiente que podem resultar de um projeto proposto.

EIA

Relatório de Impacto Ambiental: documento que apresenta os resultados técnicos do EIA e explica todos os subsídios da proposta em estudo, a fim de que possa ser divulgado e dado a devida publicidade sobre a implantação do projeto ou empreendimento em questão.

RIMA

Plano de Controle Ambiental: estudo elaborado conforme diretrizes estabelecidas pelo órgão ambiental competente que identifica e propõe medidas mitigadoras quanto aos impactos ambientais gerados pelo empreendimento. Desta maneira, o PCA deverá expor, de forma clara, o empreendimento e sua inserção no meio ambiente com todas as suas medidas mitigadoras e compensatórias, visando proteger o meio ambiente dos impactos causados pelo desenvolvimento de um empreendimento.

PCA

Inicialmente o PCA era exigido pela Resolução CONAMA nº 9, de 28 de dezembro de 1990 apenas para a concessão da Licença de Instalação de atividade de extração mineral. Hoje, o PCA tem sido estendido para o licenciamento de diversos tipos de atividades produtivas potencialmente poluidoras.

Relatório de Controle Ambiental: Exigido para empreendimentos rurais já instalados. Seu conteúdo constitui-se numa série de informações, levantamentos e estudos que visam à identificação de não conformidades legais e de impactos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes da instalação e do funcionamento do empreendimento para o qual está sendo solicitada a licença.

RCA

Plano de Suprimento Sustentável: documento apresentado pelas empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal, como carvoarias e siderúrgicas, contendo informações sobre fornecedores e quantitativos de matéria-prima necessários para funcionamento, submetido à aprovação do órgão, visando obtenção de licença ambiental.

PSS

O PSS de empresas siderúrgicas, metalúrgicas ou outras que consumam grandes quantidades de carvão vegetal ou lenha estabelecerá a utilização EXCLUSIVA de matéria-prima oriunda de florestas plantadas ou de PMFS e será parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Plano de Manejo Florestal Sustentável: documento apresentado para obtenção de LAR, contendo informações sobre a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços. Nele, constam informações como: Unidade de Manejo Florestal – UMF; Área de Manejo Florestal – AMF; Unidade de Produção Anual – UPA; Unidade de Trabalho – UT, dentre outras.

PMFS

Plano Operacional Anual: documento apresentado pelo detentor do PMFS ao órgão ambiental competente e que serve como um instrumento de planejamento, no qual constam as informações definidas em suas diretrizes técnicas constantes do PMFS, com a cronologia e especificação das atividades a serem realizadas no ano a que se refere.

POA

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas: documento solicitado como parte integrante do processo de licenciamento de atividades degradadoras ou modificadoras do meio ambiente, assim também, quando o empreendimento é punido administrativamente por causar degradação ambiental. Tecnicamente, o PRADA refere-se ao conjunto de medidas que propiciarão, à área degradada, condições de estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, com solo apto para uso futuro e paisagem esteticamente harmoniosa.

PRADA

Estudo de Rendimento de Indústrias Madeireiras: estudo que determina a relação do volume de madeira em tora e o volume final da madeira desdobrada de madeira serrada (Coeficiente de Rendimento Volumétrico-CRV), apresentado apenas por empreendimentos madeireiros que possuem rendimentos diferentes dos apresentados na legislação sobre o tema.

EST

Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica: Estudo exigido para demonstrar a viabilidade, técnica e econômica, dos empreendimentos carvoeiros, nos casos em que o distanciamento da origem da matéria prima até o local da central de carbonização esteja num raio entre 41

(quarenta e um) km e 60 (sessenta) km. O conteúdo do estudo de viabilidade técnica e econômica exigido aos empreendimentos dependerá da estrutura e tecnologias empregadas no processo de transformação e o porte do empreendimento, podendo ser simplificado ou detalhado.

12. LICENCIAMENTO AMBIENTAL RURAL - LAR

A Licença Ambiental Rural- LAR é um instrumento de controle prévio da realização de atividade agrossilvipastoril, em suas fases de planejamento, implantação e operação. Assim, comprova a regularidade ambiental do imóvel rural.

Ficam também sujeitas a LAR as atividades agrossilvipastoris instaladas no território sob jurisdição do Estado do Pará, pendentes de regularização ambiental, e aquelas em fase de renovação da licença ambiental anteriormente concedida.

O licenciamento de atividade rural será realizado obedecendo a seguinte ordem:

I – Cadastramento dos imóveis rurais através do Cadastro Ambiental Rural – CAR-PA;

II – Emissão da Licença de Atividade Rural – LAR-PA;

12.1. Cadastro Ambiental Rural - CAR

Registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Também é exigido por instituições financeiras na concessão de crédito.

Identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.

O licenciamento da atividade rural deverá obedecer o disposto na legislação ambiental vigente em relação ao uso alternativo do solo, área de reserva legal, área de preservação permanente e áreas protegidas.

Estão obrigados a cumprir as recomendações dessas normativas as pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam as atividades agrossilvipastoris nas propriedades rurais.

A SEMAS poderá emitir uma única LAR para todas as atividades rurais exercidas ou a serem exercidas no imóvel mesmo rural.

12.2. Programa de Regularização Ambiental - PRA

Identificada a existência de passivos ambientais durante a análise do CAR, poderá o proprietário ou possuidor do imóvel rural requerer a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, mediante a declaração das ações que adotará para regularização dessas áreas, de acordo com as normas técnicas definidas pelo órgão ambiental.

12.3. Manejo florestal

As emissões de Licenças para atividade de Manejo Florestal são regidas pela Instrução Normativa SEMAS nº 5, de 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de PMFS nas florestas nativas exploradas ou não e suas formas de sucessão no Estado.

As licenças são emitidas sazonalmente, atendendo o Calendário Florestal. Este calendário define os períodos para a safra da exploração de madeira em florestas de terra firme e para o em-

bargo das atividades de exploração florestal, no Estado do Pará. Os períodos de embargo e de safra estão divididos entre três zonas, compostas pelas 12 (doze) sub-regiões do Estado, que, por sua vez, são constituídas por um conjunto de municípios com comportamento similar de precipitação.

ATENÇÃO

Durante o embargo, são proibidas as atividades de exploração (construção de estradas, pátios, derruba e arraste) e de transporte de madeiras nas estradas. Sendo permitidas as atividades de manejo florestal, que não estejam diretamente relacionadas com a exploração florestal; transporte de madeira realizado nas estradas principais do pátio de concentração para fora da Unidade Manejo Florestal – UMF; e de comercialização da madeira já extraída e romaneada, desde que a mesma tenha seu estoque declarado previamente.

O detentor deverá encaminhar, anualmente, ao final da safra, o relatório de atividades, conforme diretrizes técnicas, relatando todas as atividades previstas no Plano Operacional Anual - (POA), que foram realizadas na Unidade de Manejo Florestal (UMF), o volume e as árvores exploradas na Unidade de Produção Anual (UPA), apresentando os dados digitais de romaneio de cada tora associada à sua árvore de origem, com base no Inventário Florestal 100% (cem por cento) - IF100%, e informações sobre cada uma de suas Unidades de Trabalho (UT's).

ATENÇÃO

O manejo sustentável para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, independe de autorização dos órgãos competentes, devendo apenas ser declarados previamente ao órgão ambiental a motivação da exploração e o volume explorado, limitado à exploração anual a 20 (vinte) metros cúbicos.

12.4. Guia Florestal

O transporte de produtos/subprodutos de origem florestal, bem como qualquer outro produto que contenha em sua composição matéria-prima florestal ou de demais formas de vegetação no Estado do Pará, depende de Guia Florestal. Trata-se de um ato autorizativo emitido pelo SEMAS, para o empreendedor já licenciado.

Exemplos de produtos que precisam de GF: Madeira em tora, madeira serrada, carvão vegetal, resíduos de madeira, dentre outros.

Para emissão das Guias Florestais, faz-se necessário a inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará – CEPROF-PA, por meio do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará – SISFLORA-PA.

Ficam dispensadas da emissão de GF-PA: as operações internas que envolvam madeira serrada, beneficiada ou industrializada, destinada ao consumidor final, com volume até 2m³ (dois metros cúbicos), mobiliário acabado, componentes de utensílios ou móveis semiacabados, utensílios que, por sua natureza, já se apresentam acabados, embalados e manufaturados para uso final, cabos para ferramentas e para cutelaria, em madeira, acabados e semiacabados, correspondente e o briquete nas operações intermunicipais.

ATENÇÃO

O empreendimento licenciado pelo ente municipal, deverá solicitar GF na SEMAS, vez que a gestão florestal é de competência do estado, conforme previsto Código Florestal.

13. CADASTRO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS.

A Lei Federal nº 6.938 de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), em seu art. 17, inciso II, institui, sob a administração do IBAMA, o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (CTF/APP).

A Lei Estadual nº 7.596, de 29 de dezembro de 2011, instituiu o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Pará – CTE/

APP-PA e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Pará – TFA/APP-PA, sob supervisão e administração da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

O Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de inscrição obrigatória e sem qualquer ônus, é obrigatório às pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Para os estabelecimentos constantes no Anexo I, da Lei nº 7.596, de 29 de dezembro de 2011 é colocado como condicionante na Licença de Operação- LO expedida pela SEMAS a apresentação trimestral do comprovante de recolhimento da taxa paga ao IBAMA.

14. DA PUBLICIDADE DOS PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.

A Resolução CONAMA nº 06, de 24 de janeiro de 1986, aprovou os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças.

Essa Resolução estabeleceu as instruções para publicação em periódicos e para publicação em Diário Oficial do Estado, assim como, o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, subsequentes à data do requerimento e/ou da concessão da licença para que o interessado realize a devida publicação, com posterior apresentação ao órgão ambiental.

15. AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS DE ÓRGÃO INTERVENIENTES.

A Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015 estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da – FCP (competência atualmente do INCRA); do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e do Ministério da Saúde(no caso do Estado do Pará a Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA), nos processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA à SEMAS.



Caso o empreendimento possa vir a interferir em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária, a SEMAS solicitará manifestação dos órgãos e entidades envolvidos, no prazo de 30(trinta) dias, no caso de EIA/RIMA, e de 15(quinze) dias, nos demais casos.

Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar à SEMAS manifestação conclusiva sobre o estudo ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até 90 (noventa) dias, no caso de EIA/RIMA, e de até trinta dias, nos demais casos, contado da data de recebimento da solicitação.

A ausência de manifestação dos órgãos e entidades, no prazo previsto, não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença.

Tipologias que deverão ser observadas durante o processo de licenciamento: empreendimentos lineares (exceto rodovias); ferrovias; dutos; linhas de transmissão; rodovias; empreendimentos pontuais (portos, mineração e termoeletricas) e aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs). Para cada uma das tipologias foi estabelecido uma distância mínima em quilômetros que, para o nosso caso, considera-se a Amazônia Legal.

16. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986, dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

A participação popular pode ser por meio de audiência pública ou reuniões técnicas informativas, nos moldes da Resolução CONAMA nº 279, de 27 de junho de 2001, ou através de Consultas Públicas realizadas pela SEMAS visando elaboração de Termo de Referências, normas e afins.

Ao determinar a execução do EIA-RIMA visando a obtenção de Licença Prévia, a SEMAS promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA, sempre que julgar necessária.

A SEMAS atende aos critérios e procedimentos para realização de audiências públicas estabelecidos na Resolução CONAMA nº 9, de 03 de dezembro de 1987, cuja regulamentação expressa na Portaria da Secretaria nº 39, de 27 de novembro de 1992.

ATENÇÃO

Órgão do Meio Ambiente promoverá a realização de Audiência Pública sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

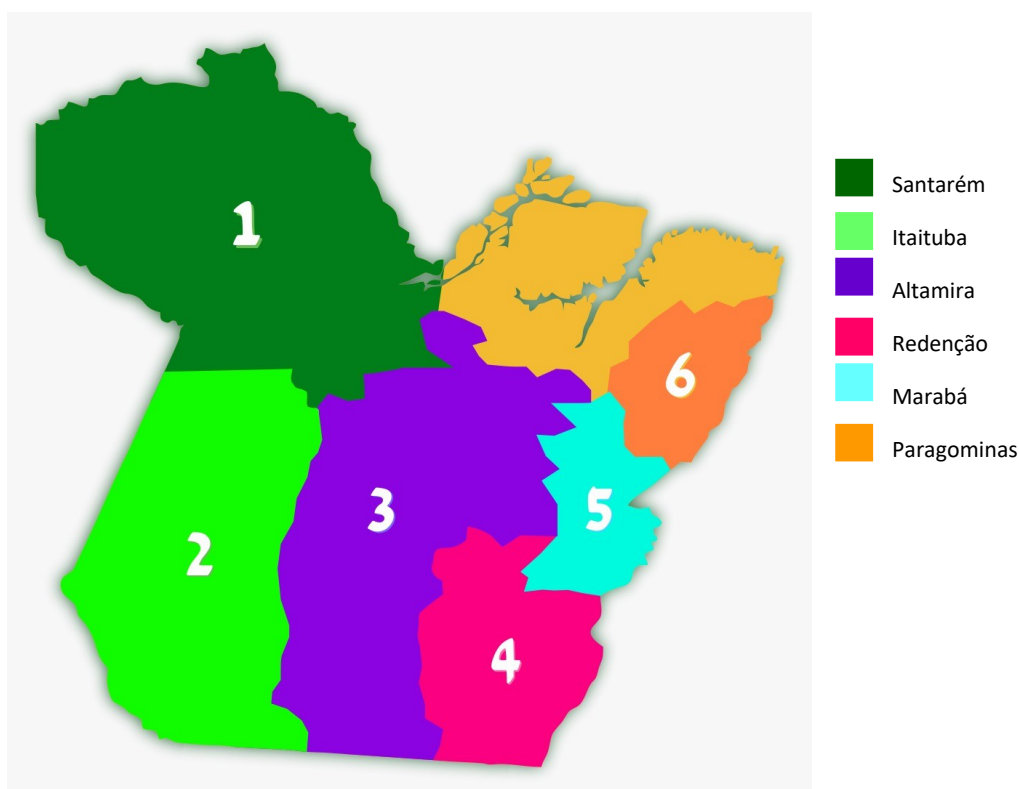
17. PENALIDADES PARA QUEM ATUA SEM LICENÇA AMBIENTAL

As pessoas físicas e jurídicas poderão ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na Lei n.º 9.605, 12 de fevereiro de 1998, Decreto Federal n.º 6.514, de 22 de julho de 2008, bem como Lei Estadual nº 5.887, de 09 de maio de 1995.

ESFERA	SANÇÕES
Cível	I – Reparação civil decorrente do dano causado, por meio de indenizações em pecúnia; II – Recuperação ambiental.
Administrativa	I - Advertência II - Multa Simples entre R\$ 50 a R\$ 50.000.000,00. III - Multa Diária IV - Suspensão de Venda e Fabricação do Produto; V - Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza, utilizados na infração; VI - Demolição de obra; VII - Destruição ou inutilização do produto; VIII - Embargo da atividade; IX - Suspensão parcial ou total da atividade; X - Restritiva de direito; XI - Cancelamento da Licença; XII - Perda ou Suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito XIII – Proibição de participação em licitações públicas por até 3 anos.
Penal	Penas Privativas de liberdade (detenção ou reclusão); As penas restritivas de direito são: I - prestação de serviços à comunidade; II - interdição temporária de direitos; III - suspensão parcial ou total de atividades; IV - prestação pecuniária; V- recolhimento domiciliar.

18. DESCONCENTRAÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL.

Os Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental tem como missão a prestação de serviços ambientais desconcentrados, em especial as ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local nos municípios do estado de Pará. A Portaria SEMAS nº 0794, de 23 de maio de 2017, alterada pela Portaria SEMAS nº 1.324, de julho de 2018, definiu, no âmbito da Secretaria, a área de abrangência territorial para atuação dos Núcleos Regionais de Gestão e Regularidade Ambiental, conforme demonstra o mapa abaixo:



Em qualquer um desses Núcleos o empreendedor poderá protocolar as respostas às notificações emitidas pela SEMAS e quanto ao cumprimento das condicionantes de licença, cujo documento será encaminhado ao setor onde se encontra o processo, inclusive para a sede da SEMAS, tudo via online, posto que todo o processo de licenciamento é digitalizado.

Os Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental podem recepcionar o requerimento de solicitação de licenciamento ambiental e tramitar para o respectivo Núcleo cujo município esteja em sua área de abrangência ou para a sede da SEMAS, dependendo do porte e das peculiaridades do empreendimento.

Os Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental recebem processo de solicitação de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e encaminham para a sede da SEMAS, onde o processo será analisado na Diretoria competente.

18.1. Abrangência e Localização dos Núcleos Regionais de Regularidade Ambiental.

O Núcleo Regional de Santarém atende os municípios da Região do

Baixo Amazonas: Alenquer | Almeirim | Belterra | Curuá | Faro | Juruti | Monte Alegre | Óbidos | Oriximiná | Prainha | Santarém | Terra Santa e Mojuí dos Campos.

Endereço: Avenida Rosa Passos, nº 525, entre Av. Borges Legal e Av. Álvaro Adolfo. Barro: Prainha. CEP: 68005-470



O Núcleo Regional de Marabá atende os municípios da Região do Carajás:

Bom Jesus do Tocantins | Brejo Grande do Araguaia | Canaã dos Carajás | Curionópolis | Eldorado dos Carajás | Marabá | Palestina do Pará | Parauapebas | Piçarra | São Domingos do Araguaia | São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

E Região Lago de Tucuruí: Breu Branco | Goianésia do Pará | Itupiranga | Jacundá | Nova Ipixuna | Novo Repartimento e Tucuruí.

Endereço: Rua Antônio Chaves, nº 583. Bairro: Novo Horizonte. CEP: 68502-370



O Núcleo Regional de Paragominas atende os municípios da Região do Rio

Campim: Abel Figueiredo | Aurora do Pará | Bujaru | Capitão Poço | Concórdia do Pará | Dom Eliseu | Garrafão do Norte | Ipixuna do Pará | Irituia | Mãe do Rio | Nova Esperança do Piriá | Ourém | Paragominas | Rondon do Pará | Tomé-Açu e Ulianópolis.

E da Região Guamá: São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

Endereço: Rua Jaime Longo, S/N. Bairro: Promissão I – Parque Ambiental. CEP: 68.625-970



O Núcleo Regional de Altamira atende os municípios da Região do Xingu:

Altamira | Anapu | Brasil Novo | Medicilândia | Pacajá | Placas | Porto de Moz | Senador José Porfírio | Uruará e Vitória do Xingu.

Endereço: Rua Dragão do Mar, nº 2928, com Araiunas. Bairro: Premem. CEP: 68372-566



O Núcleo Regional de Itaituba atende os municípios da Região do Tapajós:

Aveiro / Itaituba | Jacareacanga | Novo Progresso | Rurópolis e Trairão.

Endereço: Rua Antônio Gomes Bilby, nº 340.
Bairro: Bela Vista. CEP: 68180-260



O Núcleo Regional de Redenção atende os municípios da Região Araguaia:

Água azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d' Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

Endereço: Avenida Santa Tereza, n 435, setor Oeste, esquina com rua Henrique Timóteo. CEP: 68553-075



RECOMENDAÇÕES E INFORMAÇÕES AO USUÁRIO



Para assegurar a manutenção da licença, seguem algumas recomendações, que merecem muita atenção:

- ✓ Observar as restrições da licença, pois o não cumprimento destas poderá resultar na suspensão e, posteriormente, com o cancelamento da licença, além de outras sanções.
- ✓ Manter sempre disponível, no local onde a atividade está sendo exercida, uma cópia autenticada da licença a fim de evitar problemas com a fiscalização.
- ✓ Qualquer ampliação ou modificação nas obras de instalação e na operação do sistema deve ser previamente comunicada a SEMAS.
- ✓ É importante controlar continuamente as condições de operação, pois, mesmo licenciada, a atividade não deve causar poluição ou degradação ambiental.
- ✓ A empresa estará sujeita às sanções impostas pela legislação ambiental por qualquer impacto ambiental negativo decorrente da sua operação, mesmo após o encerramento das atividades.
- ✓ O processo de Licenciamento Ambiental deverá ser requerido em apenas UM órgão, vez que o licenciamento ocorre em um único nível de competência.
- ✓ O empreendedor deverá solicitar, a qualquer momento, se julgar necessário, a alteração do enquadramento de porte e/ou potencial poluidor.
- ✓ Novas licenças só serão concedidas, renovadas ou prorrogadas se as condicionantes das licenças anteriores forem cumpridas.
- ✓ A SEMAS pode definir que determinada tipologia, mesmo não estando na Resolução COEMA, precise ser licenciada, por entender que a atividade gera algum risco ambiental.
- ✓ O processo que ficar sem movimentação por pendência de parte do empreendedor durante cento e vinte dias, sem justificativa formal, será arquivado, sem prejuízo da aplicação de medidas cabíveis previstas na legislação ambiental vigente.

NOTIFICAÇÃO: O administrado deve indicar endereço eletrônico para recebimento de comunicações, a intimação poderá ser efetuada por e-mail, juntando-se aos autos o respectivo comprovante de leitura. (Lei Ordinária nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020).

- ✓ O interessado poderá ser notificado por meio eletrônico, desde que haja meio que assegure o seu recebimento. (art.4º; § 2º da IN 11 de 2019)
- ✓ O processo poderá ser indeferido e arquivado quando não atendidas as solicitações da equipe técnica da SEMAS. (art.4º; § 1º.IN 11 de 2019)

RECURSO: Art. 73. Salvo disposição legal específica, é de dez dias úteis o prazo para interposição de recurso, contado da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida. (Lei Ordinária nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020).

19. PERGUNTAS FREQUENTES



A empresa já opera e não tem LP ou LI pode ser licenciada?

Sim. Dependendo das circunstâncias, geralmente o interessado será orientado a requerer a LO, visto que os propósitos da LP ou LI já não se aplicam mais neste caso.

A LO, portanto, deverá ser requerida quando o empreendimento ou sua ampliação já está instalado e pronto para operar (licenciamento preventivo) ou para regularizar a situação de atividades em operação (licenciamento corretivo).

De acordo com o § 1º, do art. 94, da Lei Estadual nº 5.887, de 09 de maio de 1995, a Licença Prévia poderá ser dispensada no caso de ampliação de atividades.

Sempre que modificar ou implantar algo no empreendimento ou atividade será necessário licenciá-la de novo? Mesmo que já possua a licença?

Sim, mas somente da unidade a ser modificada ou implantada.

Caso seja troca de maquinário ou até mesmo inclusão não prevista no projeto original/inicial, a equipe técnica avaliará a necessidade de novo licenciamento.

No entanto, é importante verificar se a ampliação ou modificação já foi prevista (incluída) no processo que originou a licença concedida, em caso positivo, deverá apenas informar a SEMAS dessa ampliação ou modificação. E, em caso negativo, deverá solicitar a Licença de Instalação para essa ampliação ou modificação.

Por isso, qualquer alteração deve ser comunicada a SEMAS para a definição sobre a necessidade de licenciamento para essa ampliação ou modificação.

A licença pode ser suspensa ou cancelada? Quando isso acontece?

Sim. O inciso IX, do art. 119, da Lei Ambiental Estadual nº 5.887 de 1995 estabelece que “sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações ambientais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de cassação do alvará de licença de estabelecimento, obra ou atividade, ou do alvará de autorização para funcionamento”.

A Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, no seu art. 19 preconiza: “o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

- “I- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- II- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.
- III- Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.”

Já o parágrafo único, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 1.120 de 2008, com redação alterada pelo Decreto Estadual nº 1.881 de 14 de setembro de 2009, que regulamentou a Lei Ambiental Estadual nº 5.887 de 1995, estabeleceu que “a não apresentação do Relatório de Informação Ambiental, bem como o não recolhimento de taxa administrativa anual referente a atividade licenciada, implicará na suspensão ou cancelamento imediato das Licenças de Instalação e Operação, bem como a instauração de procedimento administrativo”.

A não apresentação do Relatório de Informação Ambiental Anual-RIAA, bem como o não recolhimento de taxa administrativa anual referente a atividade licenciada, implicará na suspensão ou cancelamento imediato das Licenças.

O empreendimento ou atividade que descumprir determinações da SEMAS, seja no não atendimento de condicionantes estabelecidas na licença ou não apresentação de respostas à notificação, dentro do prazo ou por provocar possíveis danos ambientais ficará sujeito a suspensão da licença e, a persistir com a infração, com o cancelamento da mesma.

Posso licenciar em Unidades de Conservação?

Depende. O licenciamento ambiental em empreendimentos localizados nas Unidades de Conservação e seus entornos possui algumas particularidades. Via de regra, se faz necessária a autorização do órgão gestor da UC para os empreendimentos que representem significativo impacto ambiental.

Nos termos do art. 1º da Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010, para os empreendimentos de significativo impacto ambiental, licenciados por meio de EIA/RIMA, que possam afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de amortecimento, a licença inicial apenas poderá ser concedida após a autorização do órgão responsável pela administração da UC.

A normativa encontra subsídios, também, na **Instrução Normativa Conjunta ICMBio/IBAMA nº 08, de 27 de setembro de 2020**, que disciplina justamente os procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais naqueles procedimentos sujeitos à autorização dos órgãos responsáveis pela UC.

Ela destaca, principalmente, a atuação do IBAMA como órgão de primeira análise do processo de licenciamento por meio da exigência da Ficha de Caracterização da Atividade (FCA), e a do

ICMBio como avaliador técnico desses empreendimentos, que pode autorizar a licença ou solicitar sua reconsideração.

Aos Empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, o artigo 5º da Resolução CONAMA nº 428, de 2010 prevê que o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da UC, quando o empreendimento:

- I – puder causar impacto direto em UC;
- II – estiver localizado na sua ZA;
- III – estiver localizado no limite de até 2 mil metros da UC, cuja ZA não tenha sido estabelecida no prazo de até 5 anos a partir da data da publicação da **Resolução nº 473, de 11 de dezembro de 2015;**



Áreas de Preservação Ambiental (APA) Ilha do Combu - Belém/PA

Fonte: Agência Pará



O que é Compensação Ambiental?

A compensação ambiental consiste na adoção, pelo empreendedor, de determinadas providências capazes de compensar os impactos negativos causados pelo seu empreendimento ou atividade. Essas providências são exigidas para os empreendimentos capazes de gerar, efetivamente, significativa degradação do meio ambiente.



Projeto Miyawaki refloresta área alterada no Parque do Utinga - Belém/PA

Fonte: Agência Pará

A pauta está atualmente regulamentada pela Instrução Normativa nº 02, de 09 de outubro de 2020, que fixa o fluxo administrativo e a operacionalização do cumprimento da compensação ambiental, estabelecendo no seu art. 4º os seguintes requisitos para a compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental:

“Art.4º Para cumprimento da compensação ambiental, os empreendimentos de significativo impacto ambiental deverão atender aos seguintes requisitos:

I – apresentar os estudos e/ou relatórios técnicos, definidos conforme caso concreto pelo órgão ambiental licenciador;

II – inserir os dados cadastrais relativos a compensação ambiental no sistema SC²A;

III – apresentar o comprovante de pagamento de taxas do processo de licenciamento ambiental;

IV – obter autorização do Órgão Gestor da Unidade de Conservação ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão que as criou, quando couber;

V – obter manifestação favorável do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA;

VI – possuir a(s) licença(s) ambiental(ais) do órgão licenciador;

VII – obter o Termo de Concordância de Cálculo de Gradação de Impacto Ambiental;

VIII – celebrar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental; e

IX – obter o Termo de Quitação Financeira Final. “

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pela SEMAS, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, a compensação prevista no art. 36, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, com base na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, impõe que o empreendedor apoie a implantação e/ou manutenção de uma unidade de proteção integral. O valor

destinado a essa manutenção deverá ser estabelecido tendo em conta a dimensão dos impactos causados.

A SEMAS utiliza a Instrução Normativa nº 5, de 11 de julho de 2014 que estabelece a variação 0% a 2% (zero a dois por cento), a ser pago a título de Compensação Ambiental, considerando o somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de Licenciamento Ambiental para mitigação de impactos ambientais causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente, e tem por objetivo garantir à Administração Pública o controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Trata-se de uma obrigação legal, constituído de etapas e exigências necessárias de caráter preventivo, posto que deve anteceder a localização, implantação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar

O procedimento do licenciamento ambiental permeia a leis, normas técnicas e procedimentos administrativos, que disciplinam obrigações e responsabilidades do poder público e dos empreendedores, com vistas regularização ambiental, autorizando a implantação, ampliação ou início da atividade de empreendimento potencialmente poluidor.

Cabe aos órgãos ambientais que integram o Sistema Nacional de meio Ambiente a responsabilidade pelo licenciamento ambiental, observando a competência legal disposta na Constituição da República de 1988 e regulamentada pela Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Torna-se cada vez mais importante o planejamento estratégico para o licenciamento ambiental. Este Manual se propôs a traçar os aspectos mais relevantes do licenciamento no Estado do Pará, de forma que os usuários externos possam conhecer o procedimento do licenciamento em

âmbito estatal, legislações e sistemas utilizados pela SEMAS, buscando não somente a regularização ambiental, mas o desenvolvimento de suas atividades, respeitando ao meio ambiente.

Neste sentido, o licenciamento ambiental pretende, de forma harmônica e sustentável, a conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção e preservação ambiental. A conformidade ambiental requer a observância pelo empreendedor das legislações ambientais, como aliada à sustentabilidade de sua atividade.

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal inserida na Constituição do país, de forma a garantir o acesso, à coletividade e gerações vindouras, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, controlando as atividades econômicas e produtivas, potencialmente poluidoras, mas permitindo ao Poder Público a gestão ambiental responsável, integrada e socialmente justa.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

1. NORMAS FEDERAIS

BRASIL. **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.** Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.** Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm

BRASIL. **Decreto Federal nº 8.437, de 22 de abril de 2015.** Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8437.htm

BRASIL. **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=29>.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987.** Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=60>

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 428, de 17 de Dezembro de 2010.** Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641>

BRASIL. **Resolução CNRH nº 37, de 26 de março de 2004.** Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/ligislacao/Resolucoes-CNRH/Resolucao-CNRH%2037.pdf>.

BRASIL. **Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 8, de 20 de fevereiro de 2019.** Dispõe procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-8-de-20-de-fevereiro-de-2019-191451016>

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.** Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cglic/pdf/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%2060.pdf>

2. NORMAS ESTADUAIS

PARÁ. **Lei Estadual nº 5.752, de 26 julho de 1993.** Dispõe sobre a reorganização e cria cargos na secretaria de estado de Ciência, tecnologia e meio ambiente - SECTAM e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/4095.pdf>

PARÁ. **Lei Estadual nº 5.887, de 09 maio de 1995.** Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/424.pdf>

PARÁ. **Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos no estado do Pará. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/517.pdf>

PARÁ. **Lei Estadual nº 6.724, de 2 fevereiro de 2005.** Altera as Tabelas da Lei nº 6.430, de 27 de dezembro de 2001, e dispositivos da Lei nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996, que estabelecem as taxas administrativas e de serviços instituídas pelo Poder Público Estadual. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/488.pdf>

PARÁ. **Lei Estadual nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/3008.pdf>

PARÁ. **Decreto Estadual nº 1.120, de 08 de julho de 2008.** Dispõe sobre o prazo de validade das Licenças Ambientais, sua renovação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/585.pdf>

PARÁ. **Decreto Estadual nº 1.881, de 14 de setembro de 2009.** Altera o Decreto nº 1.120, de 8 de julho de 2008, que dispõe sobre o prazo de validade das licenças ambientais, sua renovação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/715.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 023, de 13 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a concessão de Autorização para as atividades que se caracterizam pela diversidade e transitoriedade, que não se coadunam com as características da licença, mas que nem por isso podem ficar isentas de controle pelo órgão ambiental competente. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/250.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 024, de 13 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre a concessão de Autorização de Funcionamento, como procedimento de regulação provisória, anterior à concessão da Licença de Operação. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/251.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 107, de 8 de março de 2013.** Define os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/237.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 117, de 25 de novembro de 2014.** Dispõe sobre a aprovação “Ad Referendum” do anexo que estabelece a tabela de enquadramento das atividades sujeitas à cobrança de taxas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental nas classes previstas na Lei Estadual nº 6.724, de 02 de fevereiro de 2005 que alterou a Lei Estadual nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/235.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 127, de 18 de novembro de 2016.** Estabelece os procedimentos e critérios para o Licenciamento Ambiental Simplificado de empreendimentos e/ou atividades de baixo potencial poluidor/degradador, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/222.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 134, de 03, de outubro de 2017** . Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 127, de 18 de novembro de 2016, do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará – COEMA/PA. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/222.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 149, de 01 de outubro de 2019.** Altera o Anexo único das Resoluções COEMA nº 117, de 25 de novembro de 2014, e nº 120, de 28 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/772.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 154, de 04 de dezembro de 2019.** Altera o Anexo Único da Resolução COEMA nº120, de 28 de outubro de 2015, acerca do complexo de destinação final de Resíduos Sólidos Urbanos – Aterro, reciclagem e compostagem (população atendida). Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/2508.pdf>

PARÁ. **Resolução COEMA nº 162, de 02 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local, para fins de licenciamento ambiental, de competência dos Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/25758>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 52, de 15 de setembro de 2010.** Estabelecer normas, critérios e padrões relativos à execução do Plano de Conservação de Fauna Silvestre em áreas que necessitem de prévia supressão vegetal em processos de licenciamento ambiental, de competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/1414.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 02, de 25 de abril de 2012.** Dispõe sobre procedimentos para protocolo de processos de licenciamento ambiental que dependem de Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/88.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 5 de 2014.** Estabelece procedimentos e critérios para o cálculo de gradação de impacto ambiental, para fins de compensação ambiental, decorrente de empreendimentos de significativo impacto ambiental negativo e não mitigável, licenciados pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/168.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 02, de 06 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA, e dá outras providências. <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/176.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 5, de 10 de setembro de 2015.** Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de PMFS nas florestas nativas exploradas ou não e suas formas de sucessão no Estado do Pará. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/184.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 01 de 25 de janeiro de 2018.** Dispõe sobre o protocolo digital, para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA e do Licenciamento Ambiental Declaratório e Licenciamento Ambiental Simplificado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/36.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa SEMAS nº 06, de 18 de dezembro de 2018.** Institui o SIGERH, de uso obrigatório e eletrônico para solicitação de regularização do uso de recursos hídricos de domínio do estado do Pará. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/46.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 11, de 16 de dezembro de 2019.** Define os procedimentos e critérios para a instauração de processos de licenciamento ambiental, em quaisquer de suas modalidades e sua renovação, no âmbito de competência da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/1510.pdf>

PARÁ. **Instrução Normativa nº 02, de 09 de outubro de 2020.** Estabelece os procedimentos e o fluxo administrativo para a operacionalização e cumprimento da compensação ambiental, decorrente de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental no Estado do Pará. <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/13171>

PARÁ. **Portaria nº 39, de 27 de novembro de 1992 da SECTAM.** Dispõe sobre a realização das audiências públicas, como parte do processo de licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente sujeitas a apresentação de Estudos de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/1992/11/27/9843/>

PARÁ. **Portaria SEMAS nº 794, de 23 de maio de 2017.** Dispõe sobre a definição, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA, da área de abrangência territorial para atuação dos Núcleos Regionais de Gestão e Regularidade Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/646.pdf>


PARÁ. **Portaria nº 1324, de 11 de julho de 2018.** Altera o anexo único da Portaria nº 794, de 23 de maio de 2017, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/638.pdf>

ANEXOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – DLA

	<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA</p>	
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DLA		
DLA Nº 2020/004155	Local e Data de Expedição: Belém / PA, 08/01/2020	
<p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 4º--A da Lei Estadual nº 5.752, de 26 de agosto de 1993, alterada pela Lei nº 7.026, de 30 de julho de 2007, considerando a competência do Estado do Pará em definir os critérios de exigibilidade do licenciamento ambiental, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade preconizada no § 2º, art. do 2º, da Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 e considerando ainda a Resolução COEMA Nº107, DE 08 DE MARÇO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº32354, de 12 de março de 2013, que definiu os critérios para enquadramento de obra ou empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental passíveis de dispensa de licenciamento e dá outras providências, CONCEDE a presente DLA, no âmbito estadual, para:</p>		
1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
RAZÃO SOCIAL/NOME: Jose Vitor Ramos Fernandes		
INSCRIÇÃO ESTADUAL/RG: 1879240	CNPJ/CPF: 097.031.442-68	
ENDEREÇO COMPLETO: Zona rural		
MUNICÍPIO: Belém	UF: Pará	CEP: -
TELEFONE PARA CONTATO: 91985128478		
2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE OU OBRA DISPENSADA		
LOCALIZAÇÃO: X: -48.42574417591096, Y: -1.2373637341756984		
MUNICÍPIO: Belém		
TIPOLOGIA: AGROSSILVIPASTORIL		
ATIVIDADE: Atividade extrativista: óleos, essências, látex, resina, seiva, folhas, raízes, frutos, flores, sementes, cipós, mudas, gemas e cascas		
CNAE: 0220-9/04 - Coleta de látex em florestas nativas		
ÁREA DO IMÓVEL: 19.0379		
UNIDADE DE MEDIDA DA ATIVIDADE: AUH - ÁREA ÚTIL (Ha)		
ÁREA ÚTIL: ,88 Ha		
ÁREA DECLARADA: 1,00 Ha		
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Doação de areia oriunda da fazenda e fornos para carvão de consumo próprio.		
DISPOSIÇÕES GERAIS		
<p>a. A DLA ora concedida não desobriga o requerente acima qualificado de obter as demais licenças e/ou autorizações legalmente exigíveis na esfera municipal, estadual ou federal, bem como outros atos autorizativos legalmente exigíveis.</p> <p>b. A obra ou empreendimento/atividade acima descrita deverá nas fases de instalação e operação:</p> <p>I. Considerar as legislações aplicáveis à obra ou empreendimento/atividade.</p> <p>II. Projetar a obra ou empreendimento/atividade considerando as Normas Brasileiras de Referência - NBR's que regulamentam a matéria, em especial as que abordam o tratamento dos efluentes líquidos e gasosos e a disposição final adequada dos resíduos sólidos.</p> <p>III. Adquirir material de emprego imediato na construção civil, bem como madeiras e outros insumos de fornecedores devidamente regularizados no órgão ambiental competente.</p> <p>IV. Possuir a Outorga Preventiva ou Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos ou Dispensa de Outorga, quando for o caso.</p>		
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: REINALDO ISAAC JOSÉ PEREIRA DUTRA		
RG: 3004618	CPF: 606.683.932-20	
DISPOSIÇÕES FINAIS		
<p>a. Declaro, na qualidade de representante legal que as informações por mim fornecidas nessa DLA são VERDADEIRAS e que o empreendimento/atividade ou obra acima descrita atende o disposto na Resolução COEMA nº107/2013.</p> <p>b. Fico ciente, através deste documento, que declarar fato que sabe ser inverídico, com a finalidade de fraudar este órgão ambiental, pode vir a constituir em infração na esfera administrativa, civil e penal.</p> <p>c. Este protocolo eletrônico equivale ao protocolo mencionado no Art 5º da Resolução nº 107 do COEMA, em 08/03/2013.</p>		

MODELO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

 <p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA</p>	
Licença de Operação	
LO Nº.: 12299/2020	VALIDADE ATÉ: 27/02/2024
PROCESSO Nº.: 2017/000008068	DATA DO PROTOCOLO: 14/03/2017
<p><i>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.457, de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995, concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.</i></p>	
NOME / RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP - TERMINAL PETROQUÍMICO DE MIRAMAR	PORTE: D-III
ENDEREÇO: Rodovia Arthur Bernardes, s/n, Bairro Val de Cães	
MUNICÍPIO: Belém - PA	CEP: 66115-000
INSC. ESTADUAL/RG: 15-159447-3	CNPJ/CPF: 04.933.552/0001-03
TIPOLOGIA LICENCIADA: 0473-1 - Instalação portuária dentro ou fora do porto organizado e terminal de uso privado para cargas em geral, incluindo perigosas	
VALOR AUTORIZADO: MTM: 189622,62	
LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA: Rodovia Arthur Bernardes, s/n, Bairro Val de Cães - Belém - PA <i>Coordenadas Geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 48:29:35,40 - S: 01:24:12,00</i>	
OBSERVAÇÕES: Esta licença AUTORIZA a operação da instalação portuária do Terminal Petroquímico de Miramar, composta por Estação de Tratamento de Água; Estação de Tratamento de Efluentes; Unidades de Apoio (guarda portuária, prédio administrativo; banheiros, vestiários, refeitório e armazéns); Pieres 100 e 200; 1.043 metros de tubovia (7 linhas) para transporte de produtos, com início nos pieres até o ponto A (localizado na Avenida Salgado Filho); para movimentação (carregamento e descarregamento) de Álcool etílico anidro combustível; Álcool etílico hidratado e combustível; Gasolina A; GAV – 100/130; QAV-1 com anti-estático; QAV-1; G.L.P.; Óleo combustível marítimo bunker C; Óleo combustível Marítimo MF – 380; Óleo diesel S50; Óleo diesel S500 e Querosene iluminante, incluindo as operações de transferência de combustível entre navio atracado e balsa atracada a contra bordo do navio, a operação de abastecimento a contra bordo de embarcações e a realização de pequenas obras de adequação, manutenção, recuperação, ampliação e/ou modernização, que não se configurem como geradoras de impactos significativos, não necessitem de supressão de vegetação, movimentação de terra e intervenção no corpo hídrico, nos termos do Parecer Técnico nº. 46964/GEINFRA/CINFAP/DLA/SAGRA/2020 de 07/02/2020 e da Nota Técnica nº. 23224/GEINFRA/CINFAP/DLA/SAGRA/2020 de 09/07/2020. - Esta licença substitui a LO nº 12062/2020.	
OBRIGAÇÕES <ul style="list-style-type: none"> - Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30(trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995; - Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência; - Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão; - Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I); 	
LOCAL E DATA:	Belém - PA, 17 de julho de 2020

MODELO DE LICENÇA DE ATIVIDADE RURAL – LAR

 <p align="center">GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA</p>			
Licença de Atividade Rural			
LAR Nº: 13398/2020		VALIDADE ATÉ: 28/08/2025	
Protocolo Nº: 2020/0000017965 Data do protocolo: 20/07/2020		Cadastro Ambiental Rural Nº: 210404 Data do Cadastro: 04/07/2019	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Engenheiro agrônomo: Bruna Cristina Nascimento de Oliveira CREA: 1515807746			
DADOS DO IMÓVEL: PROPRIETÁRIO: ANTONIO DA SILVA GERMANO CPF/CNPJ: 776.290.943-53 DETENTOR: ANTONIO DA SILVA GERMANO CPF/CNPJ: 776.290.943-53 IMÓVEL: FAZENDA SANTO ANTÔNIO. MUNICÍPIO: Prainha COORDENADAS GEOGRÁFICAS: DATUM: SIRGAS2000 - W: 53:28:46,67 - S: 02:40:43,87 PORTE: A-II			
Área Total da propriedade:		Área de Reserva Legal:	
762,7631 ha		610,7154 ha	
Área Preservação Permanente:		Área de Uso Alternativo do Solo:	
0,0001 ha		152,0432 ha	
TIPOLOGIA LICENCIADA: 0105-2 Bovinocultura			
ÁREA LÍQUIDA: 152,0400 ha			
LOCAL E DATA:		Belém - PA, 03 de setembro de 2020	
OBSERVAÇÃO A LAR está expedida nos Termos: Laudo Técnico nº 15176/GEAGRO/2020 Parecer Técnico nº 48454/GEAGRO/COGAPI/DGFLOR/SAGRA/2020 Parecer Jurídico nº 28217/CONJUR/GABSEC/2020.			
IMPORTANTE <ul style="list-style-type: none"> - A SEMA - Secretaria de Meio Ambiente não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente LAR, advindo de dolo ou má fé; - Todos os documentos apresentados, anexados ao Processo, especialmente os pessoais e dominiais, bem como as informações prestadas pelo(a) proprietário(a) do imóvel são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas; - Da mesma forma, todos os documentos apresentados, anexados ao Processo, bem como as informações técnicas prestadas pelo(a) engenheiro(a) responsável, no PROJETO TÉCNICO, são de sua inteira responsabilidade, respondendo legalmente pelas mesmas; - Esta LAR poderá ter a sua validade e direito de execução, suspensas ou canceladas, a qualquer tempo, por motivo de irregularidades constatadas, ou em virtude da Lei; - Esta LAR, não contém emendas ou rasuras; - Cópia autenticada desta LAR deve ser mantida no local da exploração para efeito de fiscalização; - Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I). - A presente Licença, deverá ser publicada no prazo de trinta dias da data de sua assinatura, em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado. 			
Quadro de Nomenclatura - Áreas da Legenda na Carta-Imagem:			
DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA	DENOMINAÇÃO	NOMENCLATURA
Área da Propriedade Rural Total	APRT	Área da Matrícula	AMR
Área de Reserva Legal	ARL	Área de Reserva Legal Degradada	ARLD
Área Desmatada – conversão de solo	ADS	Área com Floresta Plantada ou a Plantar	AFP
Área de Preservação Permanente	APP	Área de Preservação Permanente Degradada	APPD
Área da Reforma e Limpeza de Pastagem	ARLP	Área Comunitária em Assentamentos Rurais	ACAR

